

## II – O MUSEU DEVERÁ ORGANIZAR-SE PARA A PRESERVAÇÃO OU PARA O DESENVOLVIMENTO?

*Preservar e Desenvolver*: como poderão justificar-se estes dois actos, aparentemente contraditórios, no seio do trabalho museológico?

### 2.1 – Intervir e desenvolver

#### 2.1.1 - Desenvolvimento museal

Desde a concepção do *museu* como “Gabinete de Curiosidades” até ao aparecimento do “Movimento Internacional para uma Nova Museologia” (1982, 1985), decorreu um percurso de práticas museológicas no qual podemos vislumbrar a emergência das várias concepções de desenvolvimento museal. Marjorie Halpin (1993) no seu texto “(...) *Réflexions sur une nouvelle muséologie*” recorda o carácter elitista, e o acesso discriminatório, que a instituição museal proporcionava no século XVIII. Cujas noções de desenvolvimento se baseava numa relação apenas dirigida às instituições e aos indivíduos com determinado grau de instrução e estatuto social. Para exemplificar este conceito nada mais elucidativo que o aviso que *sir* Ashton Lever, proprietário do Museu de Alkrington, mandou publicar na imprensa inglesa, em 17 de Setembro de 1773: “*Par cet avis, j’informe le public que, las de l’insolence du peuple auquel j’accordais jusqu’à présent le droit de visiter mon musée, j’ai pris la résolution de refuser l’entrée aux classes inférieures, sauf si elles se présentent munies d’un billet de recommandation d’un gentleman ou d’une lady de ma connaissance. J’autorise par cet avis*

*chacun de mes amis à remettre un tel billet à tout homme convenable, l'autorisant à amener au musée onze personnes outre lui-même, étant entendu qu'il devra répondre de leur comportement, selon les instructions qui lui seront signifiées avant son entrée dans le musée. Ces personnes ne seront pas admises pendant que des gentlemen ou des ladies visiteront le musée”(p. 52).*

O museu haveria de sofrer desde esse momento uma profunda transformação. De, **submetido** às disciplinas científicas que, numa primeira fase, servia (séc. XVIII/XIX); o museu passou a **suporte** necessário para o desenvolvimento dessas mesmas disciplinas (ciências naturais e biológicas, arqueologia, etnografia e arte); para finalmente iniciar no séc. XX um **percurso autónomo** como ramo de um saber, ensinado em escolas e universidades. Nesse trajecto de desenvolvimento, e na mesma ordem cronológica: a profissionalização; a democratização; o serviço educativo e a participação da comunidade, constituíram os principais factores operatórios dessa mudança.

### **2.1.1.1 - Antes da interferência da UNESCO**

Podemos constatar, assim, que o processo de desenvolvimento do museu (funções, atribuições, missão) não coincide, no espaço e no tempo, com a emergência das noções de “desenvolvimento em geral”. Que haveriam de surgir sobretudo a partir da segunda metade do século XX, no pós-2ª guerra mundial. A expressão dessa influência pode ser confirmada nos textos das “conferências internacionais sobre o *desenvolvimento*” (Comissão Nacional da UNESCO, 1992; Melo e Castro, 1995; Flávio Lopes, 1996). Com

particular destaque para as originadas em iniciativas apoiadas pela “Organização das Nações Unidas” (ONU) e pela “Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura” (UNESCO), e por quem maioritariamente as financiou e organizou.

A noção de *desenvolvimento museal*, referida ao estrito âmbito do trabalho museológico, antecede a que será posteriormente apresentada em referência ao *desenvolvimento geral*. Mas também é de um tipo lógico diferente, e possui um percurso de evolução independente. O movimento de **profissionalização** do trabalho de museu inicia-se no século XIX, originado pela gradual tomada de consciência de que esse trabalho constituía um núcleo coerente de actividades e de problemas que necessitavam de uma abordagem específica. Para essa tomada de consciência muito contribuíram as inúmeras publicações e manuais que foram surgindo, acompanhados pelas primeiras iniciativas de formação no seio dos museus. O jornal de *von Graesse* inicia a sua publicação em 1883; a primeira associação de museus (“*Museums Association*”) foi fundada no Reino Unido em 1889, tendo iniciado a publicação do seu jornal “*Museums Journal*” em 1901; em 1906 é fundada a *American Association of Museums*; e em 1908 é constituído o primeiro programa de formação museográfica no *Pennsylvania Museum* em Filadélfia (EUA). De referir, pelo seu carácter pioneiro, o “Curso de Museologia” que em 1932 Gustavo Barroso organizaria no Rio de Janeiro (Chagas, 2002:ULHT, 10/02).

A influência de todo este movimento foi responsável pela primeira mudança que a noção de desenvolvimento museal haveria de sofrer, em relação a uma

noção cristalizada simbolicamente no aviso mandado publicar em 1773 por sir Ashton Lever que anteriormente mencionámos. Razão pela qual já em 1907, na revista *Science* (nº 14, p. 921-922), sob o título “*Some principles of museum administration*”, o antropólogo Franz Boas defendia o museu: como devendo ser um espaço aberto ao público em geral, e não apenas às elites letradas; devendo constituir até um espaço de “distracção popular”, ainda que submetido à tarefa da elevação cultural desses visitantes.

### **2.1.1.2 - A UNESCO interfere no conceito de desenvolvimento museal**

O esforço de *abertura e liberalização* do museu caracterizariam a noção de desenvolvimento museal neste período, usualmente denominado por “*democratização do museu*”, que percorre toda a primeira metade do Séc. XX até à realização, em 1971, da IX.<sup>a</sup> Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM). Sendo considerados como um factor decisivo para o *desenvolvimento museal* neste período porque, por um lado, provocariam o incremento da colaboração entre instituições museais, o que levaria à gradual profissionalização das funções museográficas. E por outro lado conseguiriam atrair os apoios dos Estados. Embora o custo a pagar tenha sido o surgimento de uma certa instrumentalização política do museu, que muitas vezes o colocou ao serviço das representações que melhor mantinham a unidade e a legitimidade do poder “central” desses Estados (por exemplo, através das ditas “*grandes exposições universais*”).

Uma nova mudança na noção de trabalho museológico começaria a desenhar-se nos anos 50 e 60 do século XX. Quer pelo efeito cumulativo do percurso

anterior, quer pelo efeito das mudanças estruturais ocorridas nesse “Pós-2ª. Guerra Mundial”. O tema escolhido para a “IXª Conferência Geral do ICOM” em 1971 (Grenoble, França), “*The Museum in the Service of Man, Today and Tomorrow*” foi elucidativo dessa nova mudança de paradigma. O conceito de desenvolvimento museal abandonava o estrito âmbito da instituição-museu e das funções ocorridas apenas no seu seio, e saía dessas paredes. Colocando a ênfase na missão a prestar à comunidade, sobretudo o seu valor potencial enquanto *instituição promotora da educação e da cultura*. O conceito de desenvolvimento museal passava a basear-se, não apenas nas necessidades do trabalho museológico em si mesmo (pesquisar, recolher, conservar, expor), mas nas necessidades externas da comunidade onde o museu estivesse inserido. O apoio do Estado passava a ser reivindicado, já não para justificar representações e significações gerais ou totalizantes, correlacionadas com a sua unidade ou legitimidade, mas outrossim para corresponder às expectativas e aos problemas das comunidades particulares, num contexto de democracia plena e de preocupação com o *ambiente*. Neste particular, convém lembrar o texto de François Hubert, in “*La Muséologie selon Georges Henri Rivière*” (1989:148), no qual relata a circunstância pela qual a palavra “**ecomuseu**” teria sido pela primeira vez publicamente pronunciada. Exactamente, segundo o que afirma, pelo ministro francês do Ambiente (“*Environnement*”) Robert Poujade, no discurso de abertura dessa “IXª Conferência Geral do ICOM”, a sugestão de Hugues de Varine. Curiosamente em resultado da pressão do conselheiro Serge Antoine que considerava que a palavra “museu” não se coadunava com a imagem de dinamismo e de preocupação com a **ecologia** que o recente criado ministério do ambiente francês pretendia transmitir. No mesmo ano em que, como veremos adiante, a noção de *eco-desenvolvimento*

defendida anos atrás por Ignacy Sachs seria adoptada no Seminário de Founex (1971), que antecedeu a preparação da “Conferência Mundial sobre o Ambiente” realizada em 1972 em Estocolmo sob a égide das Nações Unidas.

Pelo seu carácter pioneiro, no relançamento desta nova mudança de paradigma, destacar-se-ia o “*Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus*”, realizado no Rio de Janeiro entre 7 e 30 de Setembro de 1958. Cujos documentos finais seriam redigidos por Georges Henri Rivière, então presidente do ICOM (Araújo e Bruno, 1995:11). Os seminários que se lhe seguiram, nomeadamente em Jos (Nigéria, 1964) e Nova Delhi (1966), apenas confirmariam o impulso dado nessa reunião do Rio de Janeiro.

Segundo Hugues de Varine (1995:17), teria sido por ocasião da “IX.<sup>a</sup> Conferência Geral do ICOM” (Grenoble, 1971) que a UNESCO solicitaria ao ICOM que realizasse, no ano seguinte, uma Mesa-Redonda sobre o papel dos museus na América Latina. Que viria a dar origem à importante “Mesa-Redonda de Santiago do Chile” em 1972, para a organização da qual Hugues de Varine teria convidado Paulo Freire; convite entretanto embargado politicamente. A “*Declaração da Mesa-Redonda de Santiago de Chile*” (1972) institucionalizaria o momento simbólico desta viragem, ao consagrar duas ideias essenciais que marcariam até à actualidade a reflexão e o percurso da Museologia. Em primeiro lugar, o museu deveria passar a dar prioridade ao indivíduo em vez de dá-la ao objecto. Em segundo lugar, o património deveria ser um instrumento ao serviço do desenvolvimento do ser humano e da sociedade. Marcelo Araújo e Cristina Bruno diriam, acerca desta Declaração de Santiago do Chile, que “*evidencia simbolicamente a implosão*

*de valores seculares, desencadeando uma busca de novos caminhos para os processos de musealização” (1995:7).*

Todavia esse percurso que se começava a desenhar no desenvolvimento da museologia não seria isento, numa primeira fase, de resistências e oposição por parte da comunidade museal mais tradicional e conservadora. Peter van Mensch (2000), escrevendo num dos mais recentes números do órgão oficial do ICOM para a Museologia (ICOFOM), tenta dar desse percurso uma ideia de gradualismo e de suavidade, que os dados históricos não permitem corroborar. Ao afirmar que *“the emphasis on social responsibility is the expression of the modernisation movement that shook up the museum world in the early 1970s. The principles of this ‘new museology’ were set down in the resolutions of ICOM’s 10th General Conference in 1974”* (p. 20), está a querer situar o contributo da *“Nova Museologia”* como uma coisa do passado, resolvida há mais de duas décadas. E perfeitamente integrada no contributo oficial do ICOFOM, que seria criado dois anos depois. Os factos históricos não permitem confirmar esta opinião de P. van Mensch. Provavelmente, só a partir da *“Declaração de Caracas em 1992”*, depois de quase três décadas de esforços árduos, por parte dos museólogos mais esclarecidos e dinâmicos, seria possível iniciar um esforço de consenso e de compreensão partilhada sobre a substância e a finalidade da museologia. Que duvidamos estar ainda completamente resolvida. A crer nesta *“confusão histórica”* --- para não lhe chamarmos o mesmo, com outras palavras --- que ainda ressurge na actualidade, e que constitui um argumento legítimo de dúvida.

De facto, apenas em 1976, por iniciativa de Jan Jelínek, seria criado no seio do ICOM o Comité Internacional para a Museologia (ICOFOM). Tendo sido realizada a primeira reunião em 1977, sob a presidência de Vinos Sofka. Que lança a partir de 1978 as primeiras publicações do ICOFOM, as quais exerceriam uma importante influência na reflexão e na difusão das ideias sobre museologia, sobretudo a nível institucional e junto dos “profissionais de museus”. Contribuindo para consolidar uma cada vez maior consciência profissional que, sem dúvida, foi configurando o epistema do saber museológico. Como refere Mathilde Bellaigue (2000:4), *“il s’agissait d’étudier l’aspect théorique des problèmes des musées»* (2000 :4). O exemplo dessa primeira cartografia de ideias teóricas surgiria nos *“Documents de Travail sur la Muséologie, 1 e 2”*, *“ICOFOM Study Series”*, de 1980 e 1981. Com Z. Stransky e A. Gregorova a chamarem a atenção para a museologia como uma “relação particular/específica do ser humano com a realidade social”. Com W. Russo a chamar a atenção para a “relação profunda do ser humano com os objectos”. Com Shanks e Tilley (1987) a proporem *“a musealização como a elaboração de um sistema estético para criar significados”* (Primo, 2002:21). Com Tomislav Sola a propôr o “museu total”. Todos esses desenvolvimentos teóricos fariam emergir com clareza a ideia de “interdisciplinaridade” e de “facto museal”. Estas ideias seriam posteriormente reforçadas e consolidadas, sobretudo no Colóquio *“Musée, Territoire, Société – nouvelles tendances, nouvelles pratiques”* organizado em 1983 pelo ICOFOM.

Todavia seria neste momento, passados onze anos, que a nova filosofia proposta pelos princípios da “Declaração da Mesa-Redonda de Santiago do



Chile” (1972) provocaria uma clivagem entre os museólogos. A questão não poderia portanto estar resolvida em 1974, quando da “X.ª Conferência Geral do ICOM”, como refere Peter van Mensch (2000:20).

No momento de passar à prática essa filosofia e esses princípios, através de propostas e de programas concretos de trabalho museológico, a comunidade museal dividiu-se. Entre os que não conseguiram assimilar esse novo desenvolvimento da museologia, e os que pretendiam implementá-lo na sua prática quotidiana efectiva. *“O confronto dos aspectos específicos com os aspectos formais destas museologias colocava, na verdade, a questão sobre a forma como em cada situação se resolviam ou não os problemas da interdisciplinaridade, da territorialidade e da participação popular. Como se ajustava a memória colectiva às diferentes formas dessa participação? Qual o lugar da perspectiva artística nestes processos?”* (Moutinho, 1995:28). Os primeiros, com o apoio institucional do ICOFOM, refugiar-se-iam numa atitude de negação, expressa em 1983 na “Reunião de Londres” (Moutinho, 1995:26). Os segundos, numa atitude de afirmação, partindo, no mesmo ano, para a organização no Canadá do “Atelier no Ecomuseu de Haute Beauce”, dedicado a Georges Henri-Rivière. Que proporcionaria um ano mais tarde, em Outubro de 1984, também no Canadá, a realização do “Atelier Internacional Ecomuseus - Nova Museologia”, do qual sairia a **“Declaração de Québec de 1984”** (Moutinho, 1995:26). Utilizando a própria expressão de Mário Moutinho, *“Os dados estavam lançados”* (Moutinho, 1995:28). O “Atelier do Québec” tinha revelado a existência de uma nova atitude conceptual e teórica no trabalho museológico, que ultrapassava a ideia inicial de “ecomuseu”; *“(…) o Ateliê tinha revelado a existência de um novo Movimento museológico*

(...)” (Moutinho, 1995:28). Que, embora sendo corolário do percurso anterior (Rio de Janeiro 1958, Santiago do Chile 1972), não deixou de assumir uma qualidade conceptual diferente. Apesar de na fase anterior o museu conceber a noção do seu desenvolvimento por referência ao serviço, sobretudo educacional e cultural, prestado no seu exterior, não tinha abandonado completamente a perspectiva de continuar a ser o emissor desse serviço, sendo a comunidade a sua receptora. Na fase anterior, o modelo de comunicação entre o museu e a comunidade pressupunha um fluxo unilateral e mecânico da informação, cujo conteúdo era decidido unilateralmente pelo museu. Nesta nova fase o museu passava a conceber a relação com a comunidade num mesmo plano, afastando a hierarquização e a direccionalidade anterior. O estatuto de emissor e de receptor é substituído pelas noções de “*participação*” e de “*mobilização*” da comunidade. “*A utilização de testemunhos materiais e imateriais deveria ter por objectivo dar conta, explicar e desenvolver experimentação, antes e senão apenas, de serem transformados em objectos passíveis de constituir colecções. (...) O objectivo da museologia deveria ser o desenvolvimento comunitário, promotor de postos de trabalho pela revitalização artesanal, agrícola e industrial*” (Moutinho, 1995:27). Seria neste contexto que nasceria, em 1982 a “*Association Muséologie Nouvelle et Experimentation Sociale*” (MNES), com a colaboração de Hugues de Varine. E, em 1985, a prometida Federação Internacional da Nova Museologia seria criada na reunião de Lisboa, com a designação: “*Movimento Internacional para uma Nova Museologia*” (MINON). O objectivo da “*nova museologia*” centrava-se na mobilização da comunidade. Tentando contribuir para o seu desenvolvimento a partir dos recursos patrimoniais e das potencialidades endógenas das populações. Sendo

o museu posto ao serviço desse objectivo para contribuir para o reforço da consciência e da identidade cultural de cada comunidade. O conceito de museu deixava de estar confinado a um edifício, para se estender a todo o *território* e a todos os bens patrimoniais de uma comunidade. Sendo a sua atribuição promovê-los enquanto factores e recursos imprescindíveis ao desenvolvimento dessa comunidade. A actividade museológica passava a exigir estruturas flexíveis e descentralizadas, adaptadas às características particulares da população de cada comunidade concreta. Passava a exigir o envolvimento e a *participação* activa dessa população nas actividades do museu. Obrigava o museu a proceder de uma forma interdisciplinar, tendo que considerar a integração dos aspectos naturais, sociais e culturais do ambiente. O museu centrava a sua missão no desenvolvimento das condições sociais e humanas de cada comunidade particular, em vez de em desígnios demasiadamente gerais, totalizantes e abstractos. O museu passava a perspectivar a sua acção partindo dos recursos patrimoniais específicos de cada comunidade onde se inseria. Dando-se a conhecer, como meio de promoção do auto-conhecimento e do reforço da identidade social e cultural.

Todavia esta nova mudança no paradigma do trabalho e do desenvolvimento museológico só estaria completo com a “*Declaração de Caracas em 1992*”. Configurada durante o Seminário “*A missão do museu na América Latina hoje: novos desafios*”, realizado entre 16 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 1992, na Venezuela. Exactamente vinte anos depois da Declaração de Santiago do Chile. Como referiria Judite Primo (2002:ULHT, 28/6), o ténue mal-estar causado pela noção de *museu integral*, ao parecer desejar que a comunidade fosse engolida pelo museu, levaria à noção de *museu integrado*. Pois, em

termos conceptuais, num modelo de comunicação, como veremos no capítulo seguinte, trabalhar *para* alguém é completamente diferente de trabalhar *com* alguém. A diferença está na restrição dessa relação de comunicação a uma mera função de “transmissão”, em vez do seu entendimento como uma relação de “partilha e participação”. E este era, de facto, o cerne da mudança que a “nova museologia” propunha, e que a museologia conservadora e tradicional não conseguia ainda aceitar. Como referiria Maria de Lourdes Horta (1995), *“Este museu integrado não é mais concebido como uma ‘entidade’ acima de qualquer suspeita, olhando (como só Deus o poderia fazer) para a ‘totalidade’ do triónio território - património - sociedade, e reflectindo-se nesta totalidade como um ‘museu integral’; nesta nova visão, o Museu é concebido como um ‘meio de comunicação’ (...) servindo de instrumento de diálogo, de interação das diferentes forças sociais (...); um instrumento que possa ser útil, em sua especificidade e função, ao ‘homem indivíduo’ e ‘homem social’ para enfrentar os desafios que vêm do presente e do futuro. Um instrumento que ele possa manejar com as próprias mãos e com a própria mente, em seu processo de desenvolvimento integral (...)”* (1995:35).

As ideias semeadas na “Declaração de Santiago do Chile” (1972), conduzidas contra ventos e marés pelos museólogos que fundaram a “Nova Museologia”, ao fim de quase trinta anos --- e ainda com as resistências que referimos atrás --- puderam finalmente dar a ler aos actuais museólogos, na mais recente publicação do ICOFOM (2000, Study Series, n.º 8), que o museu e a museologia deveriam colocar a sua missão ao serviço do ser humano e da Sociedade, *“the specific relations of man and society to reality as mediated*

*through heritage, gives museology a vast scope, including natural and cultural objects, material and immaterial heritage, across time and space*” (Bellaigue, 2000:4). Em síntese, constatar-se-ia que houve uma especificidade e uma história própria no desenvolvimento museal. Que haveria de colocar a Museologia definitivamente no centro dos grandes debates da actualidade que se relacionam com o desenvolvimento humano, sobretudo os relacionados com a memória, a educação e as relações entre o poder e a identidade. “*La muséologie le place au cœur des grands débats qui concernent l’humain. On s’oriente ainsi vers une muséologie sociale et une dimension politique --- au meilleur sens du terme --- du musée.*» (Bellaigue, 2000:4). E nesta perspectiva global e interdisciplinar, “*c’est-à-dire vraiment anthropologique*” (Bellaigue, 2000:4), a museologia ir-se-ia constituindo cada vez mais um ramo de saber ligado às ciências sociais e humanas.

Durante este longo percurso uma imensa *Lista* de acontecimentos, cartas, convenções, resoluções, apelos e declarações seriam apresentadas atestando a gradual consolidação do pensamento e dos conceitos de Museologia e de Património. Sem a pretensão de ser exaustiva, essa cronologia expressa não apenas o ritmo e o tempo em que foram ocorrendo, mas também o tipo de preocupações museológicas e patrimoniais:

- 1683 *Ashmolean Museum* da Universidade de Oxford, segundo Elias Casanovas (2003) o mais antigo museu público conhecido, citando o artigo de Mark Norman intitulado “*Conservation and the Ashmolean since 1683*” in “*Past Practices, Future Prospects*”, British Museum Occasional Paper, n.º 145, 159-166.

- 1721 *Alvará Regeo sobre a Conservação do Património em Portugal*, promulgado por D. João V. “Com a promulgação do Alvará Regeo de 20 de Agosto de 1721, Portugal torna-se no primeiro país da Europa a objectivar as suas preocupações com a conservação do património através de legislação oficial” (M. Helena Maia, 1997:103).
- 1753 *British Museum*, sendo aberto ao público apenas em 1759.
- 1772 *Museu de História Natural da Universidade de Coimbra*, primeiro edifício português a ser concebido de raiz para fins museológicos e pedagógicos, de autoria do arquitecto inglês Guilherme Elsdon (M. B. Teixeira, 2000).
- 1773 *Library Society Museum* fundada em Charlston (EUA).
- 1791 *Museu Sesinando Cenáculo Pacense* em Évora inaugurado em 15 de Março de 1791.
- 1792 *Musée du Louvre* em Paris (Rivière et alli, 1989).
- 1793 “*Muséum National*” mais tarde conhecido apenas por “Museum” fundado em Paris a 10 de Junho de 1793.
- 1794 “*Muséum d’Histoire Naturelle*” em Paris, mais tarde “Conservatoire National des Arts et Métiers”.
- 1796 “*Musée des Monuments Français*” fundado em Paris.
- 1796 *Real Biblioteca Pública da Corte de Portugal*, fundada por D. Maria I.
- 1884 “*Museu Nacional de Belas-Artes e Arqueologia*” criado em 12 de Junho de 1884, actual “Museu Nacional de Arte Antiga” em Lisboa.

- 1889 “*Museums Association*” fundada no Reino Unido em 1889, tendo iniciado a publicação do seu jornal “*Museums Journal*” em 1901.
- 1906 *Associação Americana de Museus* (AAM).
- 1908 *Primeiro programa de formação museográfica* no *Pennsylvania Museum* em Filadélfia (EUA).
- 1931 *Carta de Atenas*, in Conclusões da Conferência do Serviço Internacional de Museus (Sociedade das Nações) sobre os Princípios Gerais e Doutrinas relativos à Protecção dos Monumentos realizada em Atenas, entre 21 e 30 de Outubro de 1931.
- 1948 *Conselho Internacional de Museus* (ICOM).
- 1954 *Convenção de Haia*, sobre a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, UNESCO, 14 de Maio de 1954.

Por um lado, consagrou a ideia-chave de que a conservação do património cultural apresentava uma grande importância para todos os povos do mundo, pelo que convém que a esse património seja assegurada uma protecção internacional. Por outro lado, apresentou no Artigo 1.º a definição de “bem cultural”: “a) *Os bens, móveis ou imóveis, que sejam importantes para o património cultural dos povos, tais como os monumentos arquitectónicos, de arte ou históricos, religiosos ou laicos, os sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objectos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as colecções importantes de livros, de arquivos ou de reproduções dos bens acima decriptos; b) Os edifícios cuja função principal e efectiva*

*é conservar e expor os bens culturais móveis definidos na alínea a); c) Os conjuntos compreendendo um número considerável de bens culturais definidos nas alíneas a) e b), designados por «conjuntos monumentais»”.*

- 1964 **Convenção de Paris**, Convenção Cultural Europeia, Conselho da Europa, 19 de Dezembro de 1964.
- 1964 **Carta de Veneza**, sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e sítios Históricos, em resultado das conclusões do “II.º Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos”, Veneza, 31 de Maio de 1964.

No Artigo 1.º consagraria “...um novo conceito de monumento que passa a integrar não só a criação arquitectónica isolada como os conjuntos urbanos ou rurais representativos de uma civilização particular, de um movimento significativo ou de um acontecimento histórico. Estende-se não somente às grandes criações mas também às obras modestas que ganharam com o tempo uma significação cultural” (Flávio Lopes, 1996:13)

- 1969 **Convenção de Londres**, sobre a Protecção do Património Arquitectónico, Conselho da Europa, 6 de Maio de 1969.
- 1972 “**Declaração da Mesa-Redonda de Santiago de Chile**”.
- 1972 **Convenção do Património Mundial**, sobre a Protecção do Património Cultural e Natural Mundial, UNESCO, Paris, 23 de Novembro de 1972.
- 1975 **Carta Europeia do Património Arquitectónico**, Conselho da Europa, em 26 de Setembro de 1975, e novamente proclamada no



- “Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu”, realizado em Amsterdão entre 21 e 25 de Outubro de 1975.
- 1976 *Carta do Turismo Cultural*, ICOMOS, 9 de Novembro de 1976.
  - 1976 *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos ou Tradicionais e do seu contributo para a vida contemporânea*, UNESCO, Nairobi, 26 de Novembro de 1976.
  - 1976 *Apelo de Granada*, sobre a consideração da Arquitectura Rural no Ordenamento do Território, Conselho da Europa, 1976.
  - 1981 *Carta de Florença*, sobre a Salvaguarda dos Jardins Históricos, ICOMOS/IFLA, 21 de Maio de 1981.
  - 1982 “*Association Muséologie Nouvelle et Experimentation Sociale*” (MNES), criada com a colaboração de Hugues de Varine.
  - 1983 *Resolução n.º 813 do Conselho da Europa*, relativa à Arquitectura Contemporânea, Conselho da Europa, 23 de Novembro de 1983.
  - 1984 “*Declaração de Québec*” saída do “Atelier Internacional Ecomuseus – Nova Museologia”, realizado no Québec, Canadá, em Outubro de 1984.
  - 1985 “*Movimento Internacional para uma Nova Museologia*” (MINON) a prometida Federação Internacional da Nova Museologia seria criada na reunião de Lisboa, com a designação “Movimento Internacional para uma Nova Museologia” (MINON).
  - 1985 *Convenção de Granada*, sobre a Salvaguarda do Património Arquitectural da Europa, Conselho da Europa, 3 de Outubro de 1985.

- 1987 *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*, ICOMOS, adoptada em Outubro de 1987.
- 1989 *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, adoptada na 25.ª Conferência Geral da UNESCO/ONU, Paris, em 15 de Novembro de 1989.
- 1990 *Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico*, ICOMOS, 1990.
- 1991 *Simpósio de Cracóvia* (Cracow Symposium), sobre o Património Cultural dos Estados participantes na CSCE (Conference on Security and Co-operation in Europe), 6 de Junho de 1991.
- 1992 *Convenção de Malta*, Convenção sobre a Protecção do Património Arqueológico que reviu a Convenção de Londres de 1969, Conselho da Europa, La Valette, Malta, 16 de Janeiro de 1992.
- 1992 *Declaração de Caracas* proferida durante o Seminário “A missão do museu na América Latina hoje: novos desafios”, realizado entre 16 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 1992, na Venezuela.
- 1994 “*Museu da Gestualidade*” fundado em Portugal por Maria Isabel Tristany e Pedro Manuel Cardoso (*in* Diário da República n.º 68, III.ª Série, de 1994/03/22).
- 1994 *Documento de Nara*, sobre a “Noção de Autenticidade na Conservação do Património Cultural”, Nara, 1 a 6 de Novembro de 1994.
- 1997 Aprovação da designação “*Património Imaterial*”, na 29.ª Conferência Geral da UNESCO/ONU (Resolução n.º 23) realizada em Novembro de 1997. (Tendo sido considerado que a “Convenção

sobre o Património Mundial Cultural e Natural de 1972” não era aplicável ao “património cultural imaterial”).

- 1998 *Proclamação do Regulamento das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade*, adoptado na 155.<sup>a</sup> Sessão do Conselho Executivo da UNESCO/ONU (Decisão 155 EX/3.5.5), em Novembro de 1998.
- 2001 *Definição de Património Imaterial*, consensualizada pelos peritos escolhidos pela UNESCO, reunidos em Turim (Itália) em **Março de 2001**. “Definição” que seria examinada pelo Conselho Executivo da UNESCO/ONU na sua 161.<sup>a</sup> Sessão (Maio-Junho de 2001), e que seria submetida à 31.<sup>a</sup> Conferência Geral (Ref.<sup>a</sup> 31 C/43) da UNESCO/ONU em Outubro-Novembro de 2001.

*“Les processus acquis par les peuples ainsi que les savoirs, les compétences et la créativité dont ils sont les héritiers et qu’ils développent, les produits qu’ils créent et les ressources, espaces et autres dimensions du cadre social et naturel nécessaires à leur durabilité ; ces processus inspirent aux communautés vivantes un sentiment de continuité par rapport aux générations qui les ont précédées et revêtent une importance cruciale pour l’identité culturelle ainsi que la sauvegarde de la diversité culturelle et de la créativité de l’humanité»* ((Pinna, G., «Le patrimoine immatériel et les musées», Les Nouvelles de l’ICOM, vol.56, n.º 4/2003, Paris, p:3).

- 2001 *Criação de Organismos Nacionais para a Protecção do Património Cultural Imaterial*, adoptada na 161.<sup>a</sup> Sessão do

Conselho Executivo da UNESCO/ONU (Decisão 161 EX/3.4.3), em Maio-Junho de 2001.

- 2001 *Definição de Museu e de Profissionais de Museus*, assim como a aprovação dos *Código de Ética* e do *Código de Deontologia do Conselho Internacional de Museus* (ICOM), ratificados na 20.<sup>a</sup> Assembleia-geral do ICOM realizada em 6 de Julho de 2001, em Barcelona.
- 2002 *Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial*, UNESCO, 28 de Junho de 2002.
- 2002 *Carta de Xangai (Shanghai Charter)*, sobre Museus, Património Intangível ou Imaterial e Globalização, 7.<sup>a</sup> Assembleia Regional do ICOM para a Ásia e Pacífico (Workshop on Museums and Intangible Heritage - Asia Pacific Approaches), Shanghai, China, 20-25 de Outubro de 2002.
- 2003 *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, adoptada na 32.<sup>a</sup> Conferência Geral da UNESCO, em Outubro de 2003.

*“La Convention retient du patrimoine culturel immatériel la définition suivante: les pratiques, représentations, expressions, connaissances, savoir-faire - ainsi que les instruments, objects, artefacts et espaces culturels qui leur sont associés - que les communautés, les groupes et, le cas échéant, les individus reconnaissent comme faisant partie de leur patrimoine culturel. Ce patrimoine culturel immatériel, transmis de génération en génération, est recréé en permanence par les communautés et groupes en fonction de leur milieu, de leur interaction avec la nature*

*et de leur histoire, et leur procure un sentiment d'identité et de continuité, contribuant ainsi à promouvoir le respect de la diversité culturelle et de la créativité humaine», («L'UNESCO: le patrimoine culturel immatériel», Les Nouvelles de l'ICOM, vol.56, n.º 4/2003, Paris, p:4).*

▪ 2007 Conferência de Bali sobre Alterações Climáticas.

A União Europeia (UE) antecipou hoje na conferência de Bali sobre alterações climáticas um pacote legislativo ambicioso para reduzir as emissões de gases, insistindo ao mesmo tempo num novo compromisso global.

A Comissão Europeia vai apresentar um pacote legislativo em Janeiro de 2008 para concretizar objetivos na utilização de energias renováveis e de biocombustíveis e para dividir a redução unilateral de emissões de gases pelos 27 países da União.

«É necessário que os países desenvolvidos reduzam as suas emissões em 30 por cento até 2020», declarou hoje Nuno Lacasta durante a 13ª Conferência Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC).

Nuno Lacasta, coordenador do Comité Executivo da Comissão de Alterações Climáticas, lidera a delegação interministerial portuguesa e é o principal interlocutor das posições da UE na conferência de Bali, uma vez que Portugal ocupa actualmente a Presidência da União.

«Estamos dispostos a aumentar a redução unilateral que já anunciámos, de 20%, para 30% até 2020 se outros países desenvolvidos concordarem em esforços semelhantes», afirmou o representante da UE.

A mensagem principal da UE na conferência é que as medidas propostas por Bruxelas são «tecnologicamente concretizáveis e economicamente viáveis».

A UE pretende atingir a meta de redução de 20% através de uma combinação de medidas já em prática do Programa Europeu de Alterações Climáticas e de novas medidas desenhadas pelos líderes europeus na cimeira de Março passado.

Para Bruxelas, é essencial conseguir que o aquecimento global não ultrapasse os dois graus centígrados acima da temperatura da era pré-industrial.

«Estabelecer metas é mais fácil do que cumpri-las», notou, entretanto, o chefe da delegação da Comissão Europeia, Arthur Runge-Metzger.

«O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, e outros líderes disseram que a Comissão devia elaborar medidas legislativas que traduzissem as intenções na realidade», acrescentou Arthur Runge-Metzger.

«O tempo que falta até 2020 não é muito, contando também com a ratificação de legislação que sempre demora tempo, em média dois ou três anos», notou Arthur Runge-Metzger.

«Estas novas medidas enfrentam as preocupações de energia e de clima de uma forma integrada», adiantou Nuno Lacasta.

A intenção é «reduzir em simultâneo as emissões de gás, melhorar a segurança energética europeia e aumentar a competitividade da UE em relação ao resto do mundo», resumiu o principal negociador europeu em Bali.

Uma das linhas orientadoras da nova política europeia é, segundo Nuno Lacasta, o aumento de eficiência energética, com a redução do consumo em 20 por cento «que, de outra forma, não aconteceria».

«Em segundo lugar, um grande avanço nas energias renováveis», aumentando em 20 por cento a quota no mercado energético europeu até 2020.

«Isso equivale a 3 vezes o nível actual», adiantou Nuno Lacasta.

Em terceiro lugar, os biocombustíveis, com a meta de um aumento de 20% de biocombustível na gasolina e no gásóleo na próxima década.

«Uma quota de 10% para os biocombustíveis significa 10 vezes mais do que a actual».

«O que gostaria de insistir é que estas são medidas que os outros países desenvolvidos deveriam seguir», acrescentou o representante da UE.

Arthur Runge-Metzger esclareceu que a primeira geração de biocombustível «não é ainda promissora em termos de sustentabilidade».

«A segunda geração destes combustíveis é a que queremos apoiar, mas ainda não está madura para ser comercializada. Mas temos de

avançar se queremos atingir a redução de emissões», explicou o chefe da Divisão de Política Climática na Direcção do Ambiente.

O pacote legislativo a apresentar pela Comissão Europeia integra também mecanismos que promovam tecnologias de armazenamento «correcto» de carbono na Europa, anunciou ainda Arthur Runge-Metzger.

«Ao mesmo tempo que queremos dar um grande incentivo às energias renováveis, temos de admitir que os combustíveis fósseis continuarão a ter uma quota importante na mistura energética global», explicou Arthur Runge-Metzger.

«Por isso, temos que usar tecnologia para os limpar».

A UE reconhece que «levará algum tempo» a trazer essas tecnologias para o uso quotidiano.

A segunda proposta da Comissão Europeia será reforçar e alargar o Sistema Europeu de Emissões (ETS) da UE, o maior sistema de comércio de gases com efeito de estufa.

O comércio de emissões poderá garantir metade da redução de 20% até 2020.

Além deste pacote legislativo, a Comissão Europeia anunciará, «poucos dias depois da conferência de Bali», medidas para reduzir as emissões de dióxido de carbono dos automóveis.

A estratégia europeia de contar com o voluntarismo dos fabricantes de automóveis para a redução das emissões, nomeadamente de japoneses e sul-coreanos, «não está a resultar bem e, portanto, é preciso legislação».

A UE tem uma meta antiga de conseguir até 2012 uma redução média de 120 gramas de dióxido de carbono por quilómetro percorrido.

A nova medida «ajudará a UE a respeitar os objectivos de Quioto até 2012 e contribuir para o respeito dos compromissos até 2020», considerou Arthur Runge-Metzger.

Diário Digital / Lusa

04-12-2007 15:40:00

Tendo em consideração este percurso, poderíamos resumir os conteúdos da noção de desenvolvimento museal, desde o séc. XVI até à actualidade, do seguinte modo:

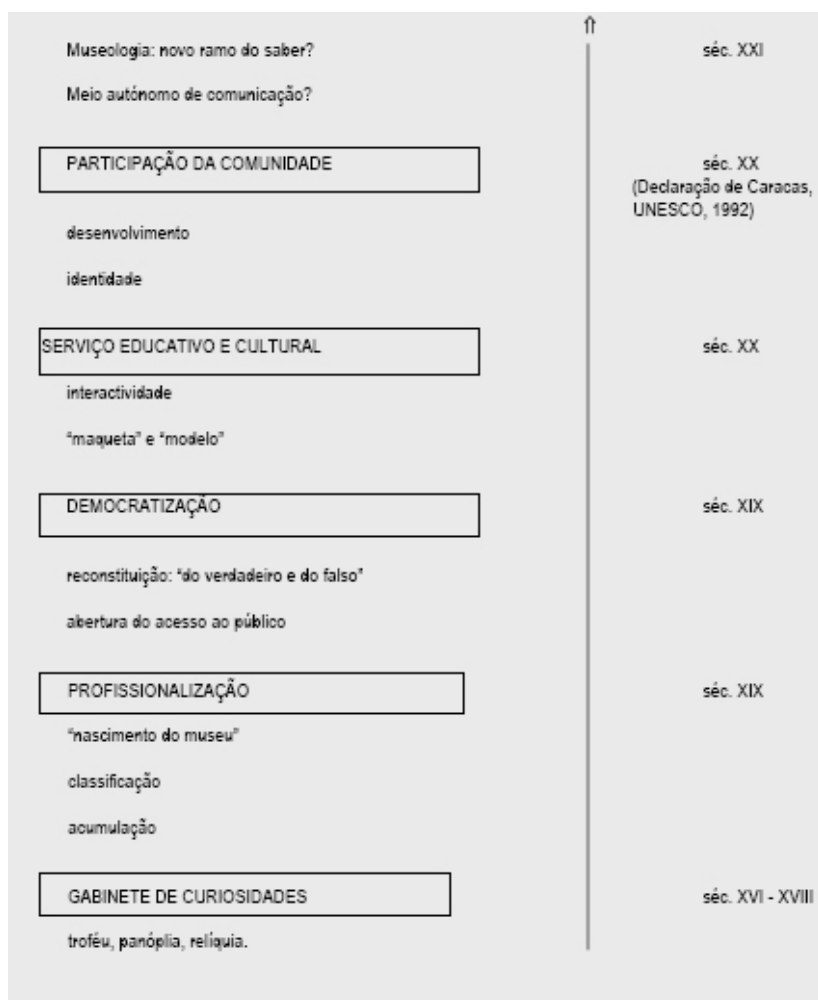


Figura 1 – Noções de desenvolvimento museal.



### 2.1.2 - Desenvolvimento geral

No exercício de comparação que se propôs, paralelamente ao percurso anterior, consideremos agora a evolução das noções de “*Desenvolvimento*” não especificamente museológicas.

A noção de “desenvolvimento” surge e aprofunda-se à medida que se verifica a insuficiência do *crescimento económico* para resolver, de modo global e satisfatório, a organização e a vida humana em sociedade. Como seria referido no Relatório do Desenvolvimento Humano de 1996, (PNUD): “*O desenvolvimento humano é o fim, o crescimento económico é um meio*” (p. 1); “*O desenvolvimento que perpetua as desigualdades actuais não é sustentável nem merece ser sustentado*” (p. 4). Sem menosprezar ou subvalorizar o crescimento económico, como factor imprescindível à transformação das várias comunidades e da sociedade em geral, constatou-se que esse sucesso era independente, por exemplo: dos fenómenos de injustiça e desigualdade social; da desigual repartição e distribuição dos benefícios que potencialmente cria; e, em muitos casos, também um factor de desequilíbrio ambiental e esgotamento precoce dos recursos naturais. O ciclo de Conferências patrocinado pela ONU, das quais se destaca a do “Ambiente e Desenvolvimento” no Rio de Janeiro em 1992, chamaram a atenção para a necessidade de uma profunda alteração nas políticas e nos comportamentos de crescimento. Sob pena de se estar a comprometer o futuro colectivo da vida humana no planeta. O diagnóstico feito destacou a seguinte situação:

--- *Utilização desregrada dos recursos.*

--- *Degradação contínua do ambiente.*

- *Crescimento demográfico descontrolado.*
- *Desigual repartição dos benefícios.*
- *Assimetria da evolução tecnológica.*
- *Desigualdade de oportunidade entre sexos/géneros.*
- *Aumento do número de pessoas que vivem à margem da sociedade.*
- *Aumento da clivagem entre “ricos” e “pobres”.*

Isoladamente, o *crescimento económico* foi considerado uma variável insuficiente para estruturar a organização da vida social, de modo a satisfazer plenamente as necessidades e as expectativas humanas. Esse crescimento, na perspectiva do futuro da Sociedade, ameaçava paradoxalmente a própria noção de “crescimento”. Ora, perante tal impasse, a alternativa seria conceber a organização da vida social-humana num plano qualitativamente superior ao do crescimento económico. Seria necessário construir uma noção conceptual nova, também ela qualitativamente superior à de “crescimento”. A Conferência do Rio de Janeiro de 1992, dita “*Cimeira da Terra*”, ao reunir a comunidade internacional ao mais alto nível, contribuiu para identificar e mediatizar alguns destes problemas. E para reequacionar as noções de crescimento, propondo uma acção concertada de cooperação internacional para esse fim.

Todavia, um longo período de disputas e discussões fora já percorrido antes de se ter chegado a esta consciência sobre o problema do *desenvolvimento*. Segundo Loic Chauveau (2002:172) o contributo decisivo teria ocorrido em 1972, um ano antes da “*Conferência Mundial sobre o Ambiente*” de

Estocolmo patrocinada pela ONU. Concretamente no **Seminário realizado em Founex, no cantão suíço de Vaud, em Junho de 1971**. Tendo reunido investigadores, especialistas e economistas com o objectivo de prepararem a referida Conferência de Estocolmo no ano seguinte acabariam por elaborar e tornar pública a noção de “*eco-desenvolvimento*”, que desde há alguns anos era defendida por Ignacy Sachs, especialista em economia brasileira e indiana, e director de estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). A noção de eco-desenvolvimento constituiria a primeira tentativa teórica de conciliar a lógica de produção económica com o desenvolvimento social e humano dentro do respeito pelo Ambiente. “*Pour Ignacy Sachs, «Founex a été fondamentale. A l’époque, deux positions extrêmes s’opposaient. Selon les uns, l’environnement était une invention des pays industrialisés et des classes moyennes pour freiner l’industrialisation des pays pauvres. Pour les autres, il fallait arrêter tout de suite la croissance sous peine de se trouver confrontées dans un délai très bref à cette alternative: mourrir par excès de pollution ou par pénurie de ressources. Face à ces deux positions, il nous a semblé nécessaire d’élaborer une voie médiane, revendiquant la nécessité du développement pour des raisons sociales, tout en mettant en garde contre le saccage de la nature, l’utilisation prédatrice des ressources*” (Chauveau, 2002:172-173). De facto esta noção de eco-desenvolvimento seria profundamente integrada no *Relatório Preparatório* da referida I.ª Conferência Mundial de Estocolmo em 1972, redigido pelo ecologista René Dubos. E também na *Declaração Final* onde oito dos vinte e sete artigos que a compõem a mencionam. Também em 1972, o designado “Clube de Roma”, grupo de reflexão sobre o desenvolvimento económico e social da Comissão Europeia, influenciado pela mesma ideia,

haveria de publicar o seu “Relatório sobre os Limites ao Crescimento”. O clima do debate na época pode ser, mais uma vez, resumido pelas palavras de Ignacy Sachs, “*Le fossé entre les défenseurs de la nature et les industriels était alors infranchissable*”(....) “*On peut parler de combat idéologique très caricatural entre les industriels pollueurs les yeux rivés sur leurs comptes trimestriels, d’un côté, et les tenants d’une nature éternelle, édénique, à laquelle il importait de se soumettre en tournant le dos à la société moderne et en retournant à la terre*” (Chauveau, 2002:175). O debate assim iniciado tornar-se-ia ainda mais agudo e reivindicador em 1974, por ocasião da “Reunião de Cocoyoc” no México promovida pela ONU. A intervenção do próprio presidente mexicano Echeverria acabaria por contribuir para extremar o problema, e torná-lo mediático a nível internacional. As *conclusões* aprovadas em Cocoyoc constituíram também o primeiro sinal de travagem na euforia iniciada em Founex em 1971. Os Estados Unidos da América, através de uma mensagem escrita e enviada por Henry Kissinger ao director do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUE), manifestaram o total desacordo com o limite a que o debate tinha chegado, considerando as reivindicações inaceitáveis. Tal como com o Protocolo de Kyoto na actualidade, naquela época “*pour les Américains, l’eco-développement n’est pas compatible avec la bonne santé de l’économie américaine*” (Chauveau, 2002:176).

Esta posição americana (EUA) provocaria o arrefecimento da discussão sobre o *desenvolvimento*, que apenas voltaria a ressurgir em 1983, acentuada pelas catástrofes de Seveso na Itália (libertação de uma nuvem de dioxinas), de Bhopâl na Índia (o derrame químico que faria duas mil vítimas mortais) e do

naufrágio do “Amoco-Cadiz” (derrame de 230 mil toneladas de petróleo na Finisterra). O Secretário- Geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar, em 1984, solicita a constituição de uma *comissão* para voltar a discutir os conceitos de desenvolvimento, nomeando a norueguesa Gro Harlem Brundtland para liderar o processo. O relatório final, conhecido por “Relatório Brundtland”, seria apresentado em 1987, curiosamente ainda sobre as repercussões da catástrofe de 25 de Abril de 1986 da central nuclear de Tchernobyl. A eleição em 1990 de Gro Harlem Brundtland para primeira-ministro da Noruega haveria de transformar o “Relatório Brundtland” num símbolo da problemática do desenvolvimento. A noção de eco-desenvolvimento seria substituída pela de “desenvolvimento sustentado” e ou “desenvolvimento durável”, e seria neste renascido clima do debate que os países chegariam a acordo para a realização, sob a égide das Nações Unidas, da “Cimeira da Terra” no Rio de Janeiro em 1992.

No entanto, após essa *Conferência* começou a perceber-se que faltava ao idealismo do debate um suporte mais pragmático. Para que todas essas intenções, acordadas nas grandes conferências e nas cimeiras promovidas pela *Organização das Nações Unidas* (ONU), pudessem almejar a alguma viabilidade prática faltaria sobretudo identificar e garantir os necessários recursos financeiros. Esse caminho começaria a ser percorrido com a “Resolução n.º 54/196, de Dezembro de 1999, da Assembleia Geral da ONU”, que decidiu iniciar o estudo sobre o “Financiamento do Desenvolvimento” (“*financing for development*”). As novas exigências de interdependência nacional e internacional, provocadas pelo fenómeno da “*globalização*”, imporiam novas reformulações ao conceito tradicional de

desenvolvimento. Em consequência daquela “Resolução n.º 54/196, de Dezembro de 1999”, realizar-se-ia um processo de consultas “regionais”, que dariam origem, até Dezembro de 2000, a cinco reuniões internacionais, respectivamente em Jacarta (Indonésia), Adis Abeba (Etiópia), Bogotá (Colômbia), Líbano e Genebra (Suíça). Em 30 de Janeiro de 2001, o Secretário-Geral da ONU apresentaria o resultado final desse processo de auscultação internacional no “Relatório n.º A/AC:257/12”, designado “*Monterrey Consensus, draft outcome of the International Conference on Financing for Development*”. Pela primeira vez, seria possível sentar à mesma mesa, para tratar o problema do “Financiamento do Desenvolvimento”, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio. Para ajudar a interpretar e a dar consistência programática aos resultados da referida consulta, a ONU convidaria um conjunto de especialistas que, sob a coordenação do ex-presidente do México, Ernesto Zedillo, apresentaria em Junho de 2001 o “Relatório n.º A/55/1000, também conhecido por “Relatório do Grupo Zedillo”. Finalmente, culminando este longo processo de análise às condições de financiamento do desenvolvimento, traçado na Cimeira do Rio de Janeiro (1992), seria realizada, entre 18 e 22 de Março de 2002, na cidade de Monterrey (México), a “Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento”.

No final da “Conferência de Monterrey”, o Secretário-Geral da ONU escreveria no documento final, “*Se não conseguirmos mobilizar recursos mais avultados --- investimentos públicos e impulsionados pelo mercado --- os nossos planos para erradicar a pobreza e acelerar o desenvolvimento serão frustrados*” (Kofi Annan, 2002:2). O “desenvolvimento” começaria

eventualmente a interessar o *mercado*. O conteúdo e a substância da noção de desenvolvimento considerados nesta “Conferência”, poderão ser avaliados através de dois registos. Por um lado, pelo discurso utilizado nos tópicos discutidos: “*i) esforço mundial para financiar o futuro; ii) melhorar as condições de vida das pessoas, a verdadeira riqueza das nações; iii) a ajuda ao desenvolvimento: quantidade e qualidade; iv) em face da dívida; v) prosperidade em vez de pobreza; vi) proteger o futuro contra crises financeiras; vii) conseguir progressos em relação à adopção de uma convenção contra a corrupção; viii) impedir a evasão fiscal a nível mundial*”. Por outro lado, pela curiosa e restritiva noção de “desenvolvimento” utilizada durante a “Conferência”, e vertida nos documentos de trabalho, “*o Desenvolvimento, um conceito que implica aumentar o rendimento nacional, elevar as taxas de alfabetização, fornecer serviços de saneamento básico e assegurar um nível de vida digno (...)*”. Certamente que nem um relatório anual de um banco comercial, ou de uma instituição financeira, conseguiria resumir a noção de desenvolvimento tão conforme aos seus interesses. Paralelamente a estes esforços, no mesmo período (1999-2002), a ONU reestruturaria profundamente o denominado Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), “*Le défi que doit relever à présent l’organisation consiste à conforter ses réformes et à appuyer la réalisation des ‘Objectifs de Développement pour le Millénaire’ (ODM)*” (Mark Malloch Brown, 2001:1). Fazendo convergir os recursos técnicos, humanos e financeiros ao dispôr da ONU para os oito “objectivos” que são apresentados no anexo da página seguinte (2002: [www.undp.org](http://www.undp.org)):

A *Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável* realizada na África do Sul (Joanesburgo), de 26 de Agosto a 4 de Setembro de 2002, com a presença de cerca de 60 mil participantes de mais de cento e oitenta países, deveria ratificar e quantificar as metas desse financiamento, de modo a poder passar-se à prática. Porém a Cimeira de Joanesburgo revelar-se-ia um fracasso. As propostas da União Europeia não puderam ser acolhidas, e os Estados Unidos da América fizeram questão em tornar visível o seu distanciamento, numa atitude que, como vimos, copia a de 1974 em relação à “Reunião de Cocoyoc”. Fracasso também porque seria impossível definir metas quantificadas para a acção futura. Os resultados mais positivos acabariam por ser a intenção de ratificação do *Protocolo de Quioto* pela Rússia, China e Canadá.

Este percurso poderá ser resumido do seguinte modo:

- 1971 - A “*noção de “eco-desenvolvimento”* surge em Junho de 1971 no Seminário de Founex (Suíça).
- 1972 - A *Declaração da Conferência Mundial do Ambiente* realizada em Estocolmo, em Junho de 1972, menciona a necessidade de se proteger a Natureza para que o desenvolvimento das gerações futuras possa ser possível.
- 1983 - As Nações Unidas, com a *Reunião de New York*, tentam sem êxito reintroduzir a discussão iniciada em Estocolmo/1972.
- 1984 - As Nações Unidas criam a *Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento* presidida por Gro Harlem Brundtland, com o



objectivo de elaborar um relatório sobre o estado actual do Ambiente a nível mundial.

- 1987 - O “**Relatório Brundtland**” designado “*O Nosso Futuro Comum*” é apresentado oficialmente.
- 1987 - O “**Protocolo de Montreal**” sobre a protecção da camada de ozono é apresentado em Agosto de 1987, sendo ratificado apenas em 1989.
- 1992 - A “**Cimeira da Terra**” (Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento) é realizada em Junho de 1992 no Rio de Janeiro, colocando pela 1.<sup>a</sup> vez na agenda da política mundial o *Desenvolvimento Sustentável*. Como documentos estruturantes de uma abordagem sustentável ao desenvolvimento saídos desta conferência surgem a “**Declaração do Rio**” e a “**Agenda XXI**”.
- 1994 - Em Paris é assinada a **Convenção Mundial Contra os Riscos de Desertificação**.
- 1995 – A “**Cimeira Social de Copenhaga**” acrescenta às duas dimensões iniciais do *Desenvolvimento Sustentável* (“desenvolvimento económico” e “protecção do Ambiente”) a vertente “social”.
- 1997 - A “**Conferência de Kyoto**” realizada em Dezembro de 1997 apresenta o Protocolo relativo às mudanças climáticas e à necessidade de diminuir a emissão de gases poluentes para prevenir o “efeito de estufa”.
- 1998 – **Conselho Europeu de Cardiff**. A Comissão Europeia recomenda a adopção de estratégias para integrar as questões do ambiente e do desenvolvimento sustentável nas políticas sectoriais.

- 2000 - Em Cartagena (Espanha) é assinado o ***Protocolo sobre a Prevenção de Catástrofes Tecnológicas***.
- 2000 – ***Declaração do Milénio*** proclamada pela ONU.
- 2000 – Em Março, foi adoptado pelo Conselho Europeu, reunido sob a presidência portuguesa em Lisboa, um objectivo estratégico (***Estratégia de Lisboa***) para a União Europeia: “*tornar a UE no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo, baseado no conhecimento, e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social*”.
- 2001 – ***Conselho Europeu de Gotemburgo*** de Junho a dimensão Ambiental à ***Estratégia de Lisboa***, assegurando maior vinculação à aposta da União Europeia no ***Desenvolvimento Sustentável***.
- 2002 - Entre 26 de Agosto e 4 de Setembro decorre em Joanesburgo a “***Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável***”.
- 2004 – O ***Desenvolvimento Sustentável*** passa a considerar a pressão de dois novos factores a nível mundial: a globalização e a urbanização. O lema saído desta integração é “***making globalisation work for sustainable development***”.
- 2005 – A União Europeia consagra perspectiva ideológica e programática do ***Desenvolvimento Sustentável*** no ***Programa Comunitário de Lisboa/Estratégia de Lisboa*** (Comissão das Comunidades Europeias, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, “***Ações Comuns para o Crescimento e o Emprego: o Programa Comunitário de Lisboa***”, Bruxelas, 20/07/2005, COM(2005) 330Final [SEC(2005) 981]).

A noção de “desenvolvimento” foi assim, gradualmente, ocupando o espaço e o estatuto da noção de “crescimento”. Num processo que faz lembrar a epistemologia proposta por T. Kuhn (1970). Do ponto de vista etimológico, a noção de *desenvolvimento* partilha com a de *crescimento* a ideia de uma passagem de um estado a outro com a elevação ou melhoria do nível dos índices anteriores. Mas difere, ao incluir a componente social dessa mudança. Ou seja, não considera apenas as componentes económicas e tecnológicas, integra o indivíduo e o factor humano. A noção de *desenvolvimento* passa a englobar uma ideia de transformação, essencialmente social, e não exclusivamente material. O que implicava a consideração quer pelos padrões de integração socio-cultural, quer pela adaptação dessa transformação social às necessidades e às capacidades particulares de cada sociedade, respeitando o potencial dos seus recursos (humanos, materiais e naturais). No seio dessa noção de desenvolvimento seria incluída a dinâmica dos processos endógenos de desenvolvimento, e não apenas a dos processos exógenos, vindos de fora para dentro. Este novo conceito de desenvolvimento explicitaria a distinção entre os seguintes quatro factores: *progresso, inovação, evolução e mudança*. Factores que expressam os graus e os cambiantes que articulariam a dinâmica desse processo de transformação social, dito *desenvolvimento*. Desde uma transformação profunda que poderia influenciar as estruturas básicas da organização social. Até um tipo de transformação mais superficial, induzida apenas pela introdução de elementos “inovadores”. Desde uma transformação mais lenta e gradual, no seio da qual a mudança fosse assimilada a um processo considerado “natural”. Até uma transformação mais brusca e conflitual que destruturasse os valores tradicionais. A consequência, inerente a esta complexificação do conceito de transformação, — que Aristóteles tão

longinquamente entrevira nas *Categorias*, “É logo a transformação um movimento diferente dos outros porque, se fosse idêntica com alguma das outras espécies, seria forçoso que aquele que se transforma, aumentasse ou diminuísse, ou experimentasse alguma das outras espécies de movimento, o que não é o caso” (Ferreira, 1994:101-102) — e a consideração pela dimensão social, conduziria a duas consequências. Por um lado, sendo essa transformação de cariz social, as suas consequências teriam que passar a ser ressentidas de modo diverso consoante se consideravam épocas, locais geográficos e sociedades diversas. Às mesmas causas e aos mesmos factores podiam corresponder repercussões diferentes. Por outro lado, tendo em consideração que o tecido social é descontínuo, mesmo no seio de uma mesma sociedade, o grau de realização dos projectos de desenvolvimento também deveriam passar a ser concebidos de modo diferente, consoante as diferentes necessidades e capacidades de realização dos destinatários. E consoante a assimetria dos diferentes recursos potenciais em presença.

Como corolário a noção de desenvolvimento deixaria de ser uma espécie de receita uniforme, aplicável de modo genérico a todas as sociedades, sem considerar a adequação às necessidades, aos recursos e às capacidades concretas de cada comunidade. Esta exigência traduzir-se-ia, segundo J. Lopes-Filho, no aprofundamento das próprias características conceptuais da noção de desenvolvimento, dando origem a três tipos: --- o *desenvolvimento sustentável*; o *desenvolvimento integrado*; e o *desenvolvimento humano*, também designado por “desenvolvimento humanizado” (Lopes-Filho, 1999).

2.1.2.1 - O termo *desenvolvimento sustentável* teria sido, como vimos, introduzido pelo “*Relatório Brundtland*”, e utilizado pela primeira vez em 1987, no Relatório “*O Nosso Futuro Comum*” (Melo e Castro, 1995:5). O termo pretendia designar um tipo de desenvolvimento que permitisse satisfazer as várias necessidades sem comprometer o futuro das gerações vindouras. Ou, nas próprias palavras de Gro Harlem Brundtland, “*il faut satisfaire les besoins du présent, sans retirer la possibilité aux générations futures de satisfaire les leurs*” (Chauveau, 2002:176). Nesse contexto, a promoção do desenvolvimento sustentável implicava uma alteração de estilos de vida, para a qual era indispensável uma colaboração internacional. Para os países menos desenvolvidos significava equidade, justiça, respeito pela lei, criação e redistribuição de riqueza. Para os países mais desenvolvidos significava reciclagem, eficiência energética, conservação e recuperação ambiental. A ideia chave que nesse Relatório foi defendida passava pelo incremento do diálogo e cooperação internacional. Sem a qual seria impossível encetar a diminuição das disparidades causadas pelo crescimento económico. Seria desse modo necessário construir uma verdadeira *parceria* com a sociedade civil e com as “organizações não-governamentais”. O desenvolvimento sustentável projecta a transformação social com base nos recursos e nas potencialidades particulares de cada comunidade e região, procurando geri-los de modo a não se esgotarem ou exaurirem. O que implicaria doravante uma estreita relação com a política ambiental.

2.1.2.2 - O *desenvolvimento integrado* aprofunda e amplifica a noção anterior, introduzindo-lhe a dinâmica dos factores exógenos. Não bastaria apenas que o desenvolvimento tivesse em consideração o indivíduo e a

racionalidade dos recursos existentes no seio de cada comunidade. Seria necessário também uma estratégia capaz de lidar as relações e os factores exógenos. Porque sendo impossível evitar os “empréstimos”, as “contaminações”, as miscigenações, tanto culturais como materiais e tecnológicas, deveria ser possível integrar as vantagens desses factores, sem destruir a especificidade de cada comunidade. O desenvolvimento integrado proporia que fosse desenvolvida uma consciência sobre os valores e as potencialidades existentes em cada comunidade na sua relação com o “exterior”. Fosse reforçada a identidade da comunidade. E que o tipo de desenvolvimento fosse claramente definido pela própria comunidade, a partir da intervenção dos seus legítimos representantes. Só deste modo a relação com o “exterior” poderia ser adaptada às características particulares das diferentes comunidades. E só desse modo a experiência tradicional se poderia conjugar com os contributos provindos do exterior, constituindo um verdadeiro factor de desenvolvimento local. No “desenvolvimento integrado” os valores e os recursos (económicos, financeiros, naturais, sociais e humanos) seriam perspectivados no seio das relações “interior vs. exterior” e “local vs. global”. A “*cultura de participação*” e a “*iniciativa comunitária*” constituiriam não apenas os factores essenciais, mas também o próprio método para atingir o desenvolvimento. No qual a redistribuição socialmente justa dos benefícios por ele criados passaria a constituir um objectivo básico. A própria noção de participação sofre um aprofundamento, passando a exigir a criação de estruturas locais legitimadas, cujos representantes pudessem efectivamente servir de interlocutores, na relação da comunidade com o exterior. Planeamento, execução e avaliação permanente dos resultados deveriam constituir o conteúdo da acção, garantindo que esse processo de

desenvolvimento se pautasse por transformações graduais, progressivas e ajustadas às características sociais e culturais de cada comunidade. Os programas de desenvolvimento assim concebidos deveriam surgir como o resultado de um diálogo simultaneamente intra-comunitário e inter-social. Esta distinção entre desenvolvimento *integrado* e desenvolvimento *sustentável* ocorreria na *Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social*, realizada entre 6 e 12 de Março de 1995 em Copenhaga. E, partindo da constatação de que vivemos uma época de progressos sem precedentes, mas também de miséria inenarrável, enumeraria dez princípios que considera essenciais para se construir o compromisso para o desenvolvimento (Melo e Castro, 1995:15).

2.1.2.3 - Foi no prolongamento desta noção de desenvolvimento, primeiro *sustentável* e depois *integrado*, que a ideia de um “***desenvolvimento humanizado***” ganharia sentido e coerência. No contexto deste alargamento de escolhas e compromissos, surgem novas facetas para a noção de desenvolvimento. E surge a reivindicação por novas metas e pelo desejo de novas expectativas: --- o direito a uma vida saudável; o aumento da esperança de vida; o direito a uma vida criativa, por oposição a uma vida mecanizada e rotineira; a adequação gradual dos padrões de vida às mudanças que ocorram; a elevação do nível geral de bem-estar. O desenvolvimento “*humanizado*” deveria ainda: --- consagrar a liberdade e a garantia dos direitos humanos; a garantia do direito à auto-estima e ao auto-respeito; a garantia não apenas de igualdade no acesso aos bens, mas também aos recursos e modos de produção. O *desenvolvimento humanizado* implicaria não apenas uma transformação económica, social e ambiental mas também uma transformação

espiritual. E deveria alargar o universo dos seus benefícios também àqueles que não podem participar directa e activamente no processo de desenvolvimento, nomeadamente os mais desfavorecidos e vulneráveis. Razão pela qual no Relatório do Desenvolvimento Humano de 1996, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento” (PNUD) seria concebido um pretenso *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)* (p. 106) com base nos seguintes três indicadores: i) *Nível de educação*, medido por uma combinação do índice de alfabetização de adultos com o índice da taxa de escolaridade conjunta do primário, secundário e superior. ii) *Longevidade*, medida pelo índice de esperança de vida. iii) *Nível de vida*, medido pelo índice do produto interno bruto (PIB) *per capita*. O referido índice “IDH” serviria portanto como elemento de referência à comparação entre os diferentes países, classificando-os em três níveis de desenvolvimento: “*elevado, médio e baixo*”.

### **2.1.3 - Desenvolvimento geral vs. desenvolvimento museal**

O exercício de comparação entre as características apresentadas pelos conceitos de *desenvolvimento museal* e *desenvolvimento geral* mostra dois aspectos. Por um lado, torna evidente que a escala, o âmbito e os indicadores que servem para exprimir essas noções de desenvolvimento diferem entre ambos. Por outro lado, mostra uma gradual convergência entre os conceitos de desenvolvimento utilizados no microcosmo museal e no macrocosmo social. Nomeadamente, a defesa da participação e da iniciativa das comunidades, juntamente com a preocupação com a dimensão social e humana nos processos de desenvolvimento. Para ilustrar estes aspectos e



confirmar a convergência atrás referida, mas sobretudo para mostrar em que plano a comunidade museal, ela própria, concebe a relação entre o *museu* e o *desenvolvimento*, utilizaremos um documento por ela própria produzido: O “Programa e as Resoluções do Conselho Internacional de Museus” (ICOM) adoptadas na 19.<sup>a</sup> Assembleia-Geral, realizadas em Melbourne (Austrália) entre 9 e 16 de Outubro de 1998. Que, talvez por ter sido realizada longe da Europa, não tenha merecido o devido relevo. E pensamos mesmo que antecipou as Conclusões de Barcelona 2001 (20.<sup>a</sup> Assembleia Geral do ICOM). Lembro-me até de, em 1998, a Comissão Nacional Portuguesa do ICOM se ter resignado com a falta de meios financeiros para deslocar alguém que representasse o País. Tendo sido por essa razão que foi aceite o nosso pedido para apresentar a proposta de criação de um “Comité Internacional para o Desporto” nessa reunião do ICOM, o que de facto aconteceu, e nos proporcionou o contacto directo com os trabalhos em Melbourne.

A escolha deste documento para o procedimento de comparação tornou-se pertinente por dois motivos: Por um lado, pela legitimidade de representação do ICOM no que se refere às orientações museológicas a nível mundial. Por outro, a circunstância do referido documento constituir a orientação programática decidida pela comunidade museal para, naquela altura, os próximos oito anos subsequentes (1999 - 2007), incluindo portanto o presente. De facto, nesse documento, a relação entre *Museu* e *Desenvolvimento* constituiria um elemento essencial. Os cinco objectivos que foram decididos mostraram a relevância dada ao museu enquanto instituição ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, “*To advance knowledge and understanding of the nature, functions and role of museums in the service*

*of society and of its development”* (ICOM, Melbourne, 1998). Entre os sete principais objectivos a alcançar a longo prazo (1998 e 2007), o terceiro seria dedicado exclusivamente à relação entre museu e desenvolvimento. Expressando de modo claro a preocupação com a dimensão social e cultural do desenvolvimento, que anteriormente caracterizámos: “1) *To identify and respond effectively to the future needs and issues faced by museums and the museum profession.* 2) *To review the strategic direction and structures of ICOM.* 3) ***To support museums as instruments of social and cultural development.*** 4) *To defend the cultural heritage in danger.* 5) *To reinforce and promote professional ethics.* 6) *To expand and consolidate communication networks amongst and for museums.* 7) *To enhance networks for regional and international co-operation”* (ICOM, Melbourne, 1998).

Podemos igualmente constatar que a relação museu/desenvolvimento constituiria uma referência explícita, presente nas onze “*Actividades*” consideradas pelo ICOM prioritárias para o triénio 1999-2001: “1) *To identify and respond effectively to the future needs and issues faced by museums and the museum profession.* 2) *Identify and propose different models of organization and financing for museums to ensure they are able to continue to fulfil their mission in contemporary society.* 3) *Review professional practices relating to museums.* 4) *Re-examine the mission and structure of ICOM in order to strengthen our organisation in supporting the development in the 21st century.* 5) *Reaffirm the role of ICOM as International Council of Museums.* 6) ***To support museums as instruments of social and cultural development.*** 7) *To create a programme for the development of capacity of museums to address cross-cultural issues.* 8) *To defend the heritage in danger.* 9) *To promote the ICOM Code of Professional Ethics.* 10) *To develop*

*and encourage electronic communications within ICOM. 11) Regional programmes” (ICOM, Melbourne, 1998).*

Finalmente, a Resolução Final n.º 3, “*Regional Museum Development*”, faria uma menção explícita à relação museu/desenvolvimento. O “ICOM” ao afirmar que se propunha “*apoiar os museus como instrumentos do desenvolvimento social e cultural*” revelaria uma opção simultaneamente selectiva e normativa. Selectiva, porque os museus a apoiar seriam escolhidos em função de serem ou não serem instrumentos do *desenvolvimento*. Normativa, porque considerava implicitamente que os museus se deveriam transformar em meios e não em fins. O que remete desde logo para a analogia, e completa simbiose (!), com o que é escrito na primeira página do Relatório do Desenvolvimento Humano - PNUD. No contexto desse “3.º objectivo a longo-prazo” o ICOM, nessa “19.ª Assembleia-Geral”, definiria as seguintes três sub-relações: i) *O museu deveria tornar-se um instrumento da educação não-formal*. Garantindo a identidade dos povos e das comunidades; transformando-se em centro de informação e documentação; transformando-se em veículo da educação não-formal; transformando-se em instrumento do dialogo intercultural; contribuindo para a compreensão e consciência da sociedade e do mundo, especialmente a dos comportamentos sociais; e por fim, estimulando a iniciativa e a criatividade. ii) *O museu deveria tornar-se um elemento da consciência social e do desenvolvimento económico*: Transformando-se em elemento do diálogo intercultural (tradições, costumes, artesanato, problemas inter-raciais, racismo, xenofobia, fome, refugiados, etc.); transformando-se em elemento dinamizador das economias locais; incrementando uma relação estreita e participativa com a comunidade onde

está inserido. iii) *O museu deveria tornar-se um factor do desenvolvimento sustentável.*

A relação entre o *desenvolvimento museal* e o *desenvolvimento geral* seria, outra vez, o conceito-chave das *Conclusões* aprovadas na Conferência “*Museums and Sustainable Communities*”, realizada em São José da Costa Rica, em Abril de 1998. As características desta relação revelar-se-iam novamente com clareza. Sendo tomado para definição de ***desenvolvimento sustentável***, “*a process for improving quality of life in the present and the future, promoting a balance between environment, economic growth, equity and cultural diversity. Sustainable development requires the participation and empowerment of all individuals*” (Melo e Castro, 1995). As características e os conceitos utilizados nesse documento revelam que a comunidade museal, ela própria, não apenas pretendia transformar o desenvolvimento museal em desenvolvimento geral. Concebia programaticamente o futuro da museologia também como sendo um mero instrumento ao serviço dessa noção de desenvolvimento, pelo menos até 2007. Nesse contexto a distinção entre desenvolvimento museal e desenvolvimento geral parecia deixar de ter sentido. Se a comunidade museal, através dos seus legítimos representantes e da organização que os representavam (ICOM e seus membros), concebia a função e a missão dos museus instrumentalizada pela noção de desenvolvimento defendida pela ONU/UNESCO, então não faria quase sentido distinguir *museologia* de *desenvolvimento*. Pois, aparentemente, não existiria razão para encontrar nessa convergência qualquer problema.

No entanto, antes de se passar à análise crítica dessa hipotética instrumentalização da museologia feita pelo desenvolvimento, torna-se importante constatar as seguintes coincidências. O ICOM (Conselho Internacional de Museus) nasceria em 1948, sendo uma organização apoiada essencialmente pela UNESCO (ONU). Esta colaboração política e financeira poderá ter influenciado certamente uma natural convergência de conceitos e de desígnios. De facto, à medida que a UNESCO, servindo-se do ICOM, foi assumindo o controlo da representatividade e do financiamento daquela instituição museal internacional, assistir-se-ia à gradual convergência entre os conceitos de desenvolvimento propostos pelas duas instituições. Pelas razões que apontámos na *Introdução* deste trabalho, e independentemente da bondade dessa intenção, em fazer convergir completamente *desenvolvimento museal* e *desenvolvimento geral*, julgamos haver matéria para reflectir criticamente sobre os limites e as potencialidades dessa relação.

### **2.1.4 – Museologia e Desenvolvimento**

Retomando o problema escolhido para ponto de partida deste trabalho, e considerando a análise comparativa apresentada nos capítulos anteriores, poderíamos concluir o seguinte: --- Se em determinados contextos sociais se verificassem situações em que os objectivos do desenvolvimento geral entravam em contradição com os objectivos do desenvolvimento museal; então, não se poderia afirmar peremptoriamente que a convergência, e a total identificação conceptual e ideológica entre os conceitos de *desenvolvimento museal* e *desenvolvimento geral*, resolvessem satisfatoriamente todos os problemas que a “gestão de bens patrimoniais” colocariam no presente e no

futuro. E essas seriam as principais razões que justificariam a manutenção da distinção entre ambos. Ora, existem casos em que, de facto, essa contradição ocorre.

Tentaremos ilustrar essa evidência. Como verificámos, culminando um processo de influência e de interferência iniciado em 1948, com a realização da “I.ª Conferência Geral do ICOM”, a UNESCO conseguiria fazer convergir os conceitos de desenvolvimento geral com os de desenvolvimento museal. De facto, verificámos que os representantes da comunidade museal (ICOM), reunidos no *Convention Centre* em Melbourne, cinquenta anos após, decidiram que os conceitos de desenvolvimento museal deveriam coincidir e copiar os de desenvolvimento geral, nomeadamente os de tipo “sustentável”. E foram mesmo mais longe, ao postularem que, do ponto de vista programático, os museus deveriam transformar-se em “instrumentos” desse objectivo. O museu deveria transformar-se (quase exclusivamente) num meio para atingir aquele fim. E seria esse “modelo de *museu*” o que seria implicitamente consagrado. E aquele que deveria ser apoiado e financiado pelo ICOM. O edifício e as colecções submeter-se-iam doravante aos desígnios daquilo que foi designado por: “cultura de iniciativa”, “iniciativa comunitária” e “desenvolvimento sustentável”. A instrumentalização do museu pelo desenvolvimento, pelo menos a nível programático, tornar-se-ia efectivamente predominante. O entusiasmo por essa aderência tornaria fácil a crítica às funções museológicas ditas tradicionais – “conservar, coleccionar, expor”. Que por si só seriam consideradas insuficientes para que o museu pudesse estar ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. É exactamente isto que é dito, escrito e preconizado no Programa do ICOM em

1998: “*Although traditionally oriented towards collection and conservation, museums are now very much « in the service of society and of its development», consequently instruments of social change*”.

Poderíamos questionar se este apelo ao desenvolvimento como panaceia não remete, outra vez, para uma “ideologia dos desígnios gerais da Sociedade”, como referimos na *Introdução*. Se a ditadura do *todo*, outra vez orientada por ideias vagas, e “projectos/promessas de futuro”, não estaria a tentar submeter a realidade das *partes*. Fazendo-o de uma forma subtil, mas sobretudo de acordo com os interesses económicos instalados (isto é, aqueles que procuram uma oportunidade de negócio, em todas as intenções e iniciativas). Pretendendo, a pretexto de uma pretensa inevitabilidade normalizadora da *globalização*, que uma ideia unificadora de “desenvolvimento” tome conta de todas as lógicas e de todas as dinâmicas que possam ocorrer a um nível mais local. Ficando assim tudo encarcerado plenamente nessa ideologia da *globalização*, onde nada, por mais ínfimo, “diverso” ou “local” que seja, possa escapar. Ou onde convém que nada lhe escape. Todavia seria útil não esquecer as consequências que no passado tiveram ideias igualmente totalizantes, e as consequências que tiveram os entusiasmos militantes ao serviço de uma “causa única”, ou de um “objectivo final totalizante”. Jean-Claude Ruano-Borbalan (2003) contextualiza criticamente esta questão mostrando os limites das actuais duas principais teses do pensamento político. Para o “*paradigma realista*” a paz ou a ordem mundial só seriam atingidas, tal como no exemplo do Império Romano dos primeiros três séculos da nossa Era, pela emergência de uma potência ou império unipolar. Para o “*paradigma liberal e idealista*” essa ordem mundial só seria alcançada no

momento em que se estabelecessem instituições mundiais e uma efectiva cidadania mundial (a tal *globalização*). “*La question n’est pas décidée de savoir si la paix par l’empire qui se dessine sera de même nature que celle que connurent la Chine ou Rome, et si au final l’empire croulera sous le poids de sa propre incapacité à réguler le monde, à le «civiliser» selon ses normes*” (Ruano-Borbalan, 2003:22). Este debate mostra bem os caminhos que a questão do *desenvolvimento* trilha na actualidade. O quase-saque do Museu Nacional de Bagdade e o quase-incêndio da Biblioteca Nacional do Iraque ocorridos em 2003 (!) fazem-nos pensar se aquelas ideias políticas serão apenas abstracções ideológicas. Ou coisas de um longínquo passado. E no que se refere à Museologia e ao Património fazem perguntar se numa sociedade em mudança será legítimo desvalorizar instituições com missões conservadoras ? Sendo a mudança necessária, tudo deverá mudar ? *Conservar* e *Desenvolver* não poderão constituir afinal dois pólos de uma realidade mais global, ou até de uma necessidade filogenética, ainda por definir? Que marca de deterioração deixará esta *ideologia do desenvolvimento* no Património que os vindouros herdarão ? Não seria útil à museologia contemporânea avaliar, perspectivar e controlar os efeitos dessa dita “inevitabilidade” ? O apelo e as recomendações do ICOM sobre o Património Cultural do Iraque, no encontro realizado na sede da UNESCO em 17 de Abril de 2003, que contou com a presença de Jacques Perot, e que a Professora Judite Primo nos enviou em 2003.04.29, bem pode ser um prenúncio dos tempos que se avizinham.



## **2.2 – Conservar e preservar**

### **2.2.1 – Conservar e preservar**

Neste debate e reflexão crítica sobre a relação entre “desenvolvimento” e “preservação” consideremos também o contributo dos conhecimentos em “*Conservação Preventiva*”.

Enquanto aguardava a vez para discursar durante a 19.<sup>a</sup> Assembleia Geral do ICOM, no contexto deste entusiasmo pela descoberta de uma pretensa nova missão para os museus, e do voluntarismo em programar normas para ela, recorro bem a indiferença e o desdém com que foi recebida a comunicação de Amalia Castelli Gonzalez, intitulada “Museus e Identidade Nacional”, proferida em 12 de Outubro de 1998, na sala Bellarine, do Convention Centre, em Melbourne. Queixava-se a Professora Amalia Gonzalez, na altura responsável pelo Museu Católico do Peru que, em nome do desenvolvimento e da participação, a comunidade local tinha votado a favor da instalação de um teleférico no desfiladeiro Urubamba. Para facilitar o acesso dos turistas ao famoso templo Inca *Machu Picchu*, no monte sagrado Intihuatana. Tinha havido divulgação das razões técnicas sobre os perigos e consequências que essa decisão traria para a preservação do templo. Tinha havido consulta pública. Tinha havido participação da comunidade. E tinha havido uma “decisão” a favor e em nome do “desenvolvimento”, e em desfavor da “preservação”. Outros exemplos seriam possíveis mencionar. Os cuidados com o estado actual das pinturas rupestres de Lascaux (Mohen, 1999), ou a manipulação dos artefactos rituais nos museus canadianos pelos descendentes

das ditas “First Nations” (Clavir, 1998), podem ilustrar e reforçar a eventual pertinência do problema. A julgar pelos factos, a “iniciativa comunitária”, a “cultura de participação”, a ideia de que o património e o museu devem ser um instrumento do desenvolvimento, parecem não resolver completamente a questão da sua salvaguarda. Nalguns casos, poderão pô-lo até em risco.

No seio da comunidade museal, por detrás das belas *declarações* gerais de intenções, constata-se ainda, no terreno das práticas efectivas, uma ausência de acordo sobre a responsabilidade ética e profissional do museólogo, enquanto responsável pela preservação dos bens e valores patrimoniais. Deverá essa ética mudar, assim tão radicalmente, em relação à missão tradicional do museu, submetendo-se dócil e totalmente a esta “nova ordem”? Neste entusiasmo militante pelo *desenvolvimento*, não será legítimo o museólogo questionar-se sobre o estado em que ficará o Património? Parece existir efectivamente um paradoxo e uma contradição, entre o conceito de desenvolvimento museal e o conceito de desenvolvimento geral. Utilizando os contributos de Garry Thompson (1978), Marco Filippi (1997), Miriam Clavir (1998), as recentes conclusões do Comité Internacional para a Conservação do ICOM (ICOM-IC), e a discussão sobre o património dos aborígenes australianos ocorrida na 19.<sup>a</sup> Assembleia Geral do ICOM (1998), tentaremos abordar alguns aspectos nucleares que tentam ilustrar a complexidade desta problemática. E constatar os indícios de uma profunda mudança na atitude da comunidade museal contemporânea.

### 2.2.2 - Gerir o processo de deterioração

Para um “bem ou valor patrimonial”, susceptível de testemunhar (ou permitir a reconstituição de) uma realidade considerada significativa para os presentes e vindouros, poderão ser consideradas quatro alternativas: 1) aceitar passivamente a decadência e a entropia do objecto, ou do património; 2) tentar reconstruir o objecto, ou o património, por referência a um estado *original*; 3) adaptar o objecto ou o património a novos usos e funções; 4) controlar os factores de deterioração, tentando prolongar-lhe a existência, até um limite considerado socialmente aceitável. Por um lado, o museólogo defronta-se com a necessidade de uma escolha. Portanto, com um procedimento que envolve uma decisão (*a um tempo, num determinado contexto, com toda a informação disponível até esse momento, para além da dúvida razoável, alguém tem a responsabilidade de optar, e dessa decisão resultam consequências para a existência do objecto e do património, no presente e no futuro*). A impossibilidade de escapar a essa responsabilidade, fosse qual fosse a opção escolhida, tornar-se-á essencial para a compreensão do problema.

Para Garry Thomson (1978) a abordagem racional da conservação do património pressupunha, não apenas o conhecimento do que se estava a alterar e as causas dessa alteração, mas também o conhecimento científico do próprio processo de deterioração. Essa sua perspectiva obrigaria a uma intervenção, tanto a montante dos primeiros sinais de degradação, como a jusante, em relação ao acompanhamento posterior desse processo no tempo. Exigindo, cada vez mais, uma formação científica sobre o processo de como

os materiais a conservar se deterioram. A entropia do património deveria passar a ser encarada pelo museólogo como um desafio permanente. E porque não podia deixar de enfrentar esse desafio e essa responsabilidade, deveria substituir a atitude tradicional de passividade por uma nova atitude de responsabilidade activa.

O tempo, vinte e seis anos após a obra *“The Museum Environment”* (1978), acabaria por dar razão a Garry Thomson. Os resultados surgidos na actualidade pela aplicação de técnicas como a análise química, a cromatografia ou a reflectografia, em conjugação com equipamentos como os espectómetros de massa e os aceleradores de partículas, veio permitir uma nova visão sobre a identidade material e a integridade conceptual dos “objectos” musealizados. Os exemplos apresentados por Jean-Pierre Mohen (1999) ao nível do estudo pictural comparativo das grutas de Lascaux, Chauvert (Ardèche), Niaux, d’Enlève e Vache; ou sobre a “Madonna del Bambino” de Joos van Cleve; ou da estatueta “Batéké” do Congo do Museu Nacional das Artes de África e Oceânia em Paris; ou o trabalho de análise que tivemos recentemente (2003/06) oportunidade de observar em Lisboa, no Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR), por gentileza do seu Vice-Presidente, Dr. Mário Pereira; entre tantos outros possíveis, demonstraram que a identificação e a determinação científica dos materiais constituintes dos objectos introduzem não apenas a consideração por contextos antes menosprezados (geológicos, físico-químicos, técnicos e históricos). Mas conduzem também a uma redefinição da terminologia (catalogação, indexação...) pela qual eram tradicionalmente denominados. E nesta perspectiva a preservação passa a ter um novo e fundamental papel na

salvaguarda da identidade dessas obras e desse património. Para Stefan Michalski (1990), a atitude e o procedimento que exprimem, na actualidade, o conceito de preservação em museologia estão contidos na seguinte definição: “*o conjunto de medidas a adoptar para prolongar a vida de uma obra, evitando na medida do possível a sua deterioração natural ou accidental; considerando todos os factores, e com os recursos limitados que temos para o fazer*”(p. 57). Este objectivo de evitar a deterioração, tentando prolongar ao máximo a existência de um “objecto”, cria à museologia uma relação de maior responsabilidade. Porque a obriga a estabelecer com o tempo uma relação permanente e inexorável, que decorre na circularidade das seguintes quatro etapas: “*detectar - evitar - reagir - recuperar/tratar*” (Casanovas, 2001:36).

O Prof. Luís Efrem Casanovas chamou a atenção para o facto de todo o procedimento de conservação da estrutura material de um objecto depender do equilíbrio termodinâmico (físico e químico) que ele estabelece com o ambiente que o envolve. Tornando-se por isso necessário “*conhecer a história da vida material do objecto*” (Casanovas, 2001:8). O conhecimento e a reconstituição do percurso de estabilidade/transformação do objecto no tempo e no espaço constituiriam por esse motivo uma condição fundamental para o controlo dessa relação. Sendo nesse sentido que sugeriria, no seguimento das contribuições de J. Ashley-Smith (1995), o aprofundamento do diálogo entre a cultura humanística e a cultura científica. Pois se por um lado a conservação da estrutura material dos objectos implicava o recurso às técnicas e aos métodos das ciências da natureza. Por outro, no que se refere à definição dos objectivos e aos limites de responsabilidade para qualquer

intervenção, nunca se deveria excluir o conhecimento sobre o significado cultural desses mesmos objectos. Portanto, a necessidade de um diálogo permanente entre as ciências da natureza e as ciências humanas, ou, doutro modo dito, a imprescindibilidade de um diálogo entre “o que é” e “o que significa”.

A principal consequência, deste novo modo de perspectivar a função museológica de preservação, advém do facto de o museólogo, doravante, não poder deixar de assumir uma responsabilidade pela *gestão das condições ambientais*. Implicando definitivamente uma *responsabilidade de gestão: Gerir*, técnica e socialmente, o processo de deterioração e de entropia do património. Já não bastando prescrever “valores de referência” retirados de uma qualquer grelha, de uma tabela, ou de um “manual”. Passando a ter que geri-los, em vez apenas de escolhê-los ou administrá-los. Ou seja, escolher aqueles que permitirão, com maior eficácia, alcançar o objectivo museológico de preservação do “bem ou do valor patrimonial” no tempo. O assumir desta nova responsabilidade de “gestão” por parte do museólogo coloca a sua actuação profissional num patamar de coordenação diferente do tradicional. Inevitavelmente uma responsabilidade de “coordenação das outras responsabilidades sectoriais”. Isto é, coordenação dos outros factores (designers, arquitectos, técnicos de ar condicionado, técnicos de iluminação, cenógrafos, etc.) que intervêm no processo museológico. Razão pela qual, na classificação dos factores de deterioração, o Prof. Luís Casanovas afirmaria que não bastava a enumeração descritiva, nem a ordenação através de “critérios universais” de “gravidade” ou de “probabilidade de risco”. Pois as prioridades variavam com o tipo de colecções, com o tipo de museus e,

acrescentaríamos nós, com o tipo de “museologias” (i. e., processos de encarar e de trabalhar em museologia). Desse modo proporia uma classificação que ordenaria os diferentes factores de deterioração em função dos níveis de responsabilidade que o museólogo “*não pode delegar, e tem que assumir por inteiro*” (Casanovas, 2001:8): **Fundamentais** (luz, poluição, humidade relativa e temperatura), **Secundários** (parasitas, embalagem, vibrações provenientes do tráfego, trabalhos de construção civil, explosivos, utilização incorrecta de equipamentos), **Acidentais** (fogo, catástrofes naturais e vandalismo).

### 2.2.3 - O conforto dos objectos

Garry Thomson afirmaria, no epílogo da obra “*The Museum Environment*” (1978), que “*a diferença entre iluminar um edifício destinado a acolher pessoas, e iluminar peças delicadas, é que no primeiro caso só temos de nos preocupar em adaptar a luz às necessidades das pessoas, ao passo que no segundo temos também que controlar a acção destrutiva da luz, que é mensurável e que tem de ser medida. Assim, enquanto avançamos com um luxímetro e um psicrómetro devemos estar preparados para ouvir o desdém dos designers e dos arquitectos*” (in Casanovas, 2001:1-8). Tendo em consideração que os museus foram criados para “preservarem - documentarem - comunicarem” os bens patrimoniais, e não para albergarem as pessoas, não compreendia como essa missão podia ser subalternizada em relação às necessidades do conforto das pessoas. Porque se as pessoas seriam imprescindíveis, porque permitiam, através do uso e da interpretação dos objectos, a renovação da informação, a renovação dos conhecimentos e a

renovação dos saberes. Não deixavam de ser os objectos, por outro lado, que permitiam que novas gerações de pessoas o continuassem a fazer. Nesta perspectiva as pessoas nos museus, ou fora deles, nunca deixariam de ser apenas as *visitas*, temporárias e efémeras, dos objectos e do Património.

Encontramos assim, outra vez, a contradição que originou este trabalho e lhe deu o nome. Sabemos que na obscuridade total, por não haver radiação suficiente, é improvável que ocorra deterioração pelo efeito da luz. Mas por outro lado, sabemos que será necessário expor e estudar o objecto, permitindo-a. Sabemos também que muitos fenómenos de deterioração, e não apenas os causados pela radiação, embora interfiram irreversivelmente na estrutura material dos objectos, não são imediatamente observáveis. Isto é, ocorrem por exemplo fora do intervalo do comprimento de onda electromagnética compreendido entre os 400 e 780 nanómetros. Razão pela qual Ashley-Smith (2001) afirmaria que “*o máximo que podemos fazer é adiar o inevitável ...*”(p. 38). Todavia, não será por essa razão que o museólogo deverá abdicar da sua responsabilidade. Pois será sempre possível definir um intervalo de deterioração, socialmente aceitável, no contexto da missão do museu e da museologia. E é essa exactamente a nova responsabilidade que o museólogo doravante não poderá delegar. Excepto se decidir recusar os conhecimentos e as técnicas que actualmente tem ao dispor. Uma nova responsabilidade que não se compadece com “estatutos profissionais herdados” ou com “saberes da experiência feitos”. Uma nova responsabilidade que o obrigará, por exemplo a ter em consideração que os pigmentos e materiais que constituem a estrutura material do objecto permitem uma determinada carga de luz, possível de quantificar até



apresentarem os primeiros sinais de degradação. Que não basta definir um valor de referência “para a luz que deve incidir no objecto”, como até aqui. Haverá que contar com o “tempo de exposição” que, no decorrer do tempo, o afectará. Neste exemplo, a responsabilidade do museólogo passa a ter-se de pautar pela gestão da seguinte relação de reciprocidade: ***[(tempo de exposição) X (quantidade de luz que incide no objecto)] = lux.hora***. E essa responsabilidade será permanente.

Ao dizer, como no passado era dito, que o objecto poderia sofrer 150 *lux* durante toda a sua existência, o museólogo deverá ter a consciência que não se estava de facto a importar com a preservação do objecto. É óbvio que o compromisso com a responsabilidade será outro se considerar que a carga aceitável, durante por exemplo 50 anos, não poderá ultrapassar por exemplo 4 milhões *lux.hora*. Esta nova responsabilidade exige, não apenas um trabalho de equipa com o arquitecto, o *designer* e o técnico de iluminação, etc.. Mas também um compromisso social, que fará parte de um novo código de ética, que deverá envolver as instituições e o poder político que tutelam a gestão dos bens patrimoniais. Isso significa que a responsabilidade do museólogo não poderá continuar comodamente a permanecer no “intervalo das aparências”, evitando com isso o incómodo social e político de ter que separar os critérios museológicos dos não-museológicos. Ou seja, será necessário, em primeiro lugar, conhecer e compreender a natureza dos fenómenos de deterioração a nível científico; para depois se poderem adequar e definir os parâmetros técnicos que melhor se adequam às exigências da preservação. O que implicará o conhecimento do objecto, a natureza dos materiais e pigmentos constituintes, a história dos equilíbrios termodinâmicos que

estabeleceu. Mas também a observação permanente do seu estado futuro. Isto é, a que irá estabelecer com o ambiente que o envolverá, no museu ou no sítio que o museólogo dirigirá. Esta nova responsabilidade exige uma nova aprendizagem, e a aquisição de novos saberes, para se poder desempenhar satisfatoriamente a museologia enquanto profissão.

#### **2.2.4 - Soluções activas e passivas**

Garry Thomson afirmaria que *“há algo de deselegante nas dimensões e no consumo de energia da maquinaria necessária presentemente para controlar a humidade relativa (RH) e a iluminância. Algo totalmente inadequado a um tipo de despesas que está fora do alcance da maioria dos museus em todo o mundo. Assim a tendência deve ser para a simplicidade, a fiabilidade e o baixo custo”*. E acrescentaria, *“não podemos prever qual será o desenvolvimento futuro, mas parece-me que incluirá meios para estabilizar a humidade relativa nas vitrinas sem maquinaria, o uso da energia solar para controlar a humidade relativa dentro do edifício nos países tropicais, a melhoria da construção para reduzir as perdas de energia e a monitorização electrónica generalizada”* (Thomson, 1978). Esta opinião de Garry Thomson, pronunciada em 1978, teria um desenvolvimento que culminaria, quinze anos mais tarde, na evidência científica relatada na célebre comunicação de Erhardt e Mecklembourg (1994) no Congresso do “International Institute for Conservation”, em Ottawa, em Setembro de 1994: *“Não há um valor ideal para a humidade relativa nos museus, há só valores e variações que minimizam alterações específicas em materiais e objectos”* (p. 32). Para o Prof. Luís Casanovas essa afirmação simbolizaria, no percurso histórico da

conservação em museologia, o abandono dos “valores universais”, tantas vezes prescritos pelos “manuais”, e que tantas vezes ainda teimam. De facto, sendo a humidade relativa um rácio e não uma grandeza física, que estabelece a relação entre a temperatura e a quantidade de vapor de água contida numa massa de ar, num determinado momento (usualmente medida em gramas/m<sup>3</sup>), não fazia sentido continuar a definir um valor de referência “universal”, sem ter em conta as características particulares da estrutura material dos diferentes objectos, as condições ambientais internas no museu e as condições exteriores (geográficas e climatéricas).

Garry Thomson ao preconizar a preponderância das soluções passivas sobre as soluções activas, tendo por base procedimentos baseados na simplicidade, fiabilidade e adequação às condições ambientais particulares de cada caso (museus e colecções), rompia com o mito dos valores de referência, fixos e universais, para a humidade relativa e para a temperatura. Sobretudo com o par mítico “20 - 22 ° C vs. 50 - 55%”, que era na época considerado, e ainda muitas vezes na actualidade, a solução padrão para todo o tipo de objectos e de museus. Apresentassem eles que estado de degradação apresentassem, fossem eles quais fossem, e estivessem situados em que parte geo-climática do mundo estivessem... Ou seja, Garry Thomson juntamente com Madeleine Hours chamavam a atenção para o facto de, apesar dos factores de deterioração e dos problemas e soluções serem basicamente os mesmos, o recurso a tabelas ou a maquinaria sofisticada já não era, por si só, suficiente. Porque, sendo as flutuações bruscas e as variações extremas os principais adversários da manutenção da estabilidade do objecto, a fiabilidade dessa manutenção seria menos arriscada se baseada numa compatibilização com as

condições “naturais” passivas criadas no interior do museu. Uma “solução activa”, excessivamente singular, baseada numa solução demasiado artificial proporcionada apenas pelo equipamento, em caso de deficiência ou avaria no referido equipamento poderia não apenas provocar consequências catastróficas e irreparáveis para o acervo a conservar, como implicar um custo financeiro de manutenção demasiado oneroso. A alternativa que agora se prefigurava tornaria necessário fixar os valores de referência em função do estudo científico das colecções, partindo dos objectos, das suas características, da sua proveniência, da sua história passada, e do futuro (material e cultural) que se lhes pretendesse dar. Ou seja, o compromisso com a deterioração passaria agora a ser simultaneamente técnico e social.

Esta mudança de atitude passava a exigir ao museólogo um papel mais activo e vigilante. A carta psicrométrica, o psicrómetro e os termo-higrógrafos deveriam tornar-se instrumentos imprescindíveis, para uma permanente análise e medida do controlo da humidade absoluta, da temperatura e, conseqüentemente, da humidade relativa. O evitamento dos “pontos de orvalho” e da condensação em geral; o recurso à humidificação e à desumidificação; o evitamento das infiltrações e da humidade ascensional por capilaridade; a ventilação controlada; a estanquicidade, a pressurização, e renovação de ar; a filtragem da poluição externa e interna no espaço museológico; a qualidade da construção, garantindo um coeficiente térmico estabilizado, passariam a constituir o conjunto de recursos e de ferramentas ao dispôr do museólogo. E necessárias para adequar as condições ambientais à especificidade dos objectos, e garantir procedimentos de conservação sustentados em bases científicas consistentes, privilegiando decididamente as

abordagens “passivas” em detrimento das “activas”. Mas a pergunta mantinha-se, e a resposta parecia ser difícil de pronunciar. Porque razão, questionou o Prof. Luís Casanovas, demorou tanto tempo a ser dito aquilo que era óbvio constatar?. Não seria, talvez, porque os museólogos ainda não estavam preparados e equipados profissionalmente com essas “ferramentas”? Seria essa a razão para adiarem assumir essa “nova responsabilidade” ? Que escolas e cursos os poderiam ajudar?

O contributo premonitório e pioneiro de Garry Thomson pode melhor ser compreendido se o compararmos com posições relativamente recentes, comprometidas com a lógica empresarial das ditas “indústrias da cultura”.

### **2.2.5 – A questão dos “valores de referência”**

Marco Fillipi, em 1997, num artigo publicado no Boletim do Instituto Internacional do Frio (Fillipi, 1997: n.º 97.3), afirmaria que, ao contrário dos seres humanos, a maior parte das peças não suportam um “amplo intervalo de conforto” (*a large range of comfort*) para os valores de temperatura e humidade relativa. Em razão do que, acrescentaria, “*as obras de arte necessitam de um meio ambiente seguro, onde a temperatura, a humidade e a poluição sejam severamente controladas*”. “*Os conservadores e os especialistas em ar condicionado devem colaborar na monitorização de macro e micro ambientes adaptados à conservação*” (p. 2).

Marco Filippi utilizava as palavras “*seguro*” e “*severamente*” para justificar a colaboração dos especialistas em ar condicionado, na concepção e realização

da monitorização das condições ambientais nos museus. Todavia, como vimos, o objectivo de conseguir a máxima segurança no controlo das condições ambientais num museu não obrigava a que, a utilização do equipamento de ar condicionado, fosse o único caminho a seguir. Se as condições ambientais dentro de um museu fossem “severas”, em relação às condições médias e passivas existentes no exterior do museu, poderia significar que a construção do museu não teria tido a necessária cautela. Mas esse desfasamento era a garantia da necessidade de se ter que ser severo a controlá-lo. Ou seja significaria, de certeza, que essa especificidade ambiental ou esse desfasamento só poderiam desaparecer à custa do permanente funcionamento do equipamento de ar condicionado, durante as 24 horas dos sucessivos anos. E que para além dos milhares de *euros* anuais que essa solução acarretaria aos sucessivos orçamentos de funcionamento do museu, nada impedia que o equipamento falhasse. Nesse caso provocaria uma flutuação das condições ambientais que seria directamente proporcional à assimetria criada entre as condições artificiais, “severamente” controladas por esse equipamento, e as condições ambientais médias existentes no interior do museu.

Portanto se se seguisse o conselho de Marco Filippi teríamos a certeza que algures no tempo, quando o equipamento falhasse, os objectos e as colecções iriam sofrer uma forte variação das condições ambientais, cujos efeitos poderiam ser irremediáveis para a estrutura material do acervo. Portanto, apesar do imenso dinheiro despendido, essa solução nada garantia. Ao invés, se o controlo das condições ambientais fosse concebido na perspectiva das soluções passivas e preventivas, adequando os valores de referência médios

no interior do museu às características particulares do acervo a musealizar, através de uma construção que tivesse em consideração as características geoclimáticas do local onde se pretendia instalar o museu, então o risco anterior seria “severamente” diminuído. A segurança dos objectos seria severamente aumentada em termos de conservação, e os custos seriam igualmente severamente menores. Outra certeza que se teria era, provavelmente, a da insatisfação da “indústria do frio”, ao perder nos museus um “bom cliente”.

Mas o que a posição de Marco Filippi representava, era também, a recusa ou a resistência à adopção desta “nova” perspectiva da preservação no contexto museológico. Provocada por aquele conjunto de contributos que referimos anteriormente, e que Marion Mecklembourg resumira bem na sua comunicação ao Congresso de Ottawa, em 1994: *“Não há um valor ideal para a humidade relativa nos museus, há só valores e variações que minimizam alterações específicas em materiais e objectos”*(p. 34). Em razão da qual o “especialista em ar condicionado” sofreria uma evidente reordenação do estatuto que possuía tradicionalmente, nas decisões de política de preservação. Ao invés do que sugeria Marco Filippi, o especialista em ar condicionado passaria a colaborar em posição de igualdade, e não de privilégio, em relação aos outros especialistas que são necessários para conceber um projecto de controlo ambiental num museu. Projecto de preservação que deveria, em primeiro lugar, começar por ser adequado ao projecto museológico definido pelo museólogo, ou pelo “responsável pela colecção”. Isto é, concebido em função não apenas das características da colecção, mas também, da natureza daquilo que se pretende musealizar e do próprio processo de musealização que essa colecção sofre, até ser incorporada

num museu ou num “sítio” que a albergará. Razão pela qual, para além do contributo do especialista em ar condicionado, fosse necessário acolher neste novo modo de trabalhar em conservação nos museus o contributo de muitos outros “especialistas”. O contributo por exemplo de especialistas que garantissem que, através de uma solução passiva, nomeadamente através da qualidade de construção das estruturas e fundações do edifício, se pudesse garantir um coeficiente de transmissão térmica que assegurasse um intervalo de variação que evitasse o aparecimento de condensação à superfície das paredes (“pontos de orvalho”). O contributo daqueles que permitissem garantir uma qualidade de construção que pudesse impedir as “pontes de frio” e as infiltrações. O contributo daqueles que, através de uma definição dos elementos arquitectónicos exteriores e interiores, garantissem uma correcta circulação e renovação de ar através da filtragem dos poluentes externos e internos (por exemplo pelo “carvão activado” e pela “sílicagel”) pela utilização de ar forçado. O contributo daqueles que, através da definição dos elementos de *design* interior e de iluminação, permitissem a monitorização do controlo da quantidade de luz que incidiria nos objectos, tanto no espaço de exposição como no de reserva, de modo a possibilitar a gestão e o controlo da carga potencial de iluminância e tempo de exposição em *lux.hora* que os objectos podiam sofrer. Também influenciaria a concepção das vitrinas, já que sabendo-se, pela investigação científica, que uma vitrina bem concebida e construída, na qual a estanquicidade permita uma renovação de ar de cerca de 0,1/24 horas (Metro e Grywacz, 1992:208), e onde a compatibilidade entre materiais de construção permita a remoção dos poluentes internos pela filtragem, o ambiente interno na vitrina tem tendência a situar-se na média das condições ambientais que ocorrem no seu exterior (sem ser necessário o



recurso a qualquer outro equipamento). Todos estes factores e contributos seriam cruciais para a definição de um “projecto de preservação” num museu, ou num sítio musealizado. Não se podendo cingir, portanto, apenas ao contributo do especialista em ar condicionado.

Finalmente seria necessário ainda chamar a atenção para outra falácia, quando se contrapunha as palavras “severamente” e “adequadamente”. Quando um objecto, uma colecção ou um património atingem a etapa de incorporação possuem histórias muito diferentes. As condições ambientais que sofreram, e o seu estado de conservação, são também muito distintos. Um estado de conservação cujo diagnóstico correcto só o estudo científico dos pigmentos constitutivos da sua estrutura material poderá revelar. Essa parecia ser a base de partida para a sua gestão pelo museólogo, tornada imprescindível com o advento dos mais recentes conhecimentos em conservação. Como referiu o Prof. Luís Casanovas (1995), *“Não é nas tabelas dos tratados que teremos de procurar informação sobre os valores da temperatura e humidade relativa. É no estudo das colecções que temos que encontrar as condições ambientais que os objectos requerem. Ou seja, o ponto de partida para a análise, diagnóstico e a eventual tomada de decisão em alterar os parâmetros das condições ambientais de conservação é o estado (os valores) de conservação que influenciou e condicionou essa colecção. E isso só pode ser dado conhecendo a sua origem, a sua história. Sem essas informações não há possibilidade de conceber uma solução segura e correcta de conservar a colecção”*(p. 4). *“Do que resulta que se torna imprescindível conhecer o percurso dos objectos até serem incorporados na colecção, porque a permanência em condições diferentes das iniciais pode ter afectado a sua*

*estrutura e a sua capacidade de resistência. Cabe ao “responsável pela colecção”, ou museólogo, orientar os especialistas na definição dos valores de referência que deverão servir de base à elaboração de qualquer projecto. O que implica o estudo das peças, das condições em que estiveram guardadas ou expostas, e das causas prováveis da degradação observada, em suma do seu ciclo de vida”(p. 5). Mas não bastaria também que o museólogo assumisse a responsabilidade pela definição das condições mais correctas à gestão permanente dos bens patrimoniais, com base nesse diagnóstico. Era também necessário que o museu, ou o sítio, depois de construído ou instalado, tivesse capacidade técnica enquanto infra-estrutura (equipamento), para adequar as condições ambientais à especificidade do património que pretende musealizar. E essa responsabilidade deveria passar ser cobrada à entidade, ou equipa responsável, pela sua construção e instalação.*

Se “severamente” fôr sinónimo de “adequadamente” e “seguro” fôr sinónimo de “soluções passivas e preventivas”, então a colaboração do especialista em ar condicionado será importante e bem vinda. Porém, nenhum valor de referência, nem nenhuma adequação técnica às condições ambientais, por melhor que sejam, poderão substituir ou livrar a responsabilidade do museólogo na gestão dos bens patrimoniais a *preservar-documentar-comunicar*. Ainda para mais quando, na actualmente, o que passou a orientar a ética dessa responsabilidade foi passar a ter sido não o objecto, mas aquilo que o museólogo e a sociedade querem que ele seja no futuro. O que passa a orientar a ética dessa responsabilidade passou a ser o usufruto a dar à ideia, à interpretação ou ao conhecimento que esse “objecto” ou património possibilita. E quando essa nova responsabilidade também passava a não

excluir um compromisso social com os vindouros. Exactamente por se saber que a inevitabilidade da degradação da estrutura material do objecto destruirá a possibilidade do objecto continuar a ser suporte de informação, suporte de conhecimento e suporte de saber.

### **2.2.6 - O conforto dos visitantes: um critério não-museológico ?**

Tendo em consideração a opinião de Marco Filippi, parecia que tínhamos retrocedido à época dos valores de referência fixos e universais. Tudo aquilo que Garry Thomson e Madeleine Hours tinham criticado, de nada valeria. Tudo o que se havia dito acerca do percurso de mudança de atitude nos procedimentos de preservação não seria muito para levar a sério. Nem aquilo que David Erhardt e Marion Mecklembourg (1994) haviam escrito: *“There are currently no universal official museums standards for relative humidity (RH). There are commonly accepted values, and general guidelines for certain types of objects... such values are often mentioned without justification or references. Michalski traced the derivation of the generally recommended values, and showed that they originally were determined more by mechanical feasibility and local climate than by any research designed to determine a value of relative humidity that minimized damage... They widespread, if unofficial, acceptance of values of relative humidity in range 50-60% is because visible damage is greatly reduced by controlling the relative humidity in this range. However, the reduction of damage is at least partially due to stabilization of relative humidity and the avoidance of damaging extremes, rather than to the specific value of relative humidity”* (p. 32). A análise das condições ambientais que envolviam os objectos, ou o

património, no contexto particular onde se encontram; a história do seu ciclo de vida até serem incorporados *in situ* ou *ex situ*; o tipo de pigmentos e materiais que constituem a sua estrutura material; o nível de degradação que possuía em cada momento; o contexto geográfico e climatérico do local onde se encontravam, pareciam não ser relevantes no texto de Marco Filippi (1997).

De facto, ao defender um “*amplo intervalo de conforto das peças para os valores da temperatura e da humidade relativa*” aliviava a pressão e a responsabilidade que os contributos de Gary Thomson, Madeleine Hours, D. Erhardt e M. Macklembourg vinham obrigando. Concretamente em relação aos riscos que decorrem das variações ambientais, e que a prescrição de valores universais de referência não resolvia, “*However, the reduction of damage is at least partially due to the stabilization of relative humidity and the avoidance of damaging extremes, rather than to the specific value of relative humidity*” (D. Erhardt e M. Macklembourg, 1994:32). E que a “severidade do controlo” defendido por Marco Filippi parecia contradizer.

No prosseguimento da análise à contradição entre *desenvolver e preservar* em museologia, o que significará, por exemplo, o “intervalo de conforto” que foi permitido para um dos principais bens patrimoniais peruanos, que pode ser observado no Museu Nacional de Arqueologia do Peru? Referimo-nos à “Senhora do Ampato”, o corpo de uma rapariga de 12/14 anos sacrificada aos deuses incas no pico do vulcão do planalto do Ampato, no sul dos Andes peruanos. Tendo sido encontrada em 1995, supõe-se que teria permanecido congelada durante cerca de 500 anos. No início encontrada com uma cor

bege, actualmente só pode ser observada com outra cor, devido ao processo de deterioração da pele, após ter viajado em itinerância para os EUA em 1996, e ter sido exposta em 13 cidades do Japão após 14 meses de digressão. Os “estudiosos”, segundo a notícia de um jornal do dia 1999/03/25, “*dizem que pode ter sido por estar mal guardada e também pelas viagens para exibição no estrangeiro*”. De que “amplo intervalo de conforto” estamos a falar neste caso? E de que tipo de contradição entre *preservar e desenvolver* aceitamos? Quantas informações se perderam com essa degradação? A quem se poderia imputar, num caso como este, a responsabilidade? Qual a parte de responsabilidade que deve ser imputada ao museólogo na gestão dos bens patrimoniais, se fossemos confiar plenamente no que Marco Filippi escreve no seu artigo?

O que teria acontecido se tivesse havido, antes de ser tomada a decisão da itinerância, o diálogo que o Prof. Luís Casanovas tanto refere ?. Um diálogo entre os técnicos que estudam as condições de conservação, os técnicos que estudam e investigam as colecções, os técnicos de iluminação e os museólogos. Se se tivesse partido do estudo concreto do estado das condições ambientais do objecto (origem, história, percurso), encontrando assim uma relação adequada entre valores de temperatura e humidade absoluta para a conservação do objecto. Se tivesse sido definido um valor para a carga máxima em *lux.hora* que o objecto podia receber antes de viajar. Em vez de um valor de iluminância genérico, sem ter em conta o tempo e as condições de exposição. Se tivesse sido o estudo do objecto a orientar a definição dos valores de temperatura, humidade relativa e *iluminância.hora*, e não o recurso *a priori* a tabelas. Se todos esses “ses” se tivessem verificado, enquanto parte

de um acto de gestão museológica, talvez a degradação observada actualmente na “Senhora do Ampato” não fosse o legado patrimonial deixado aos vindouros. Neste caso, a pretexto de uma divulgação dita “dinâmica”, preservou-se ou desenvolveu-se?

No âmago dessa contradição, entre desenvolvimento e preservação em museologia, torna-se pertinente o desabafo da Dra. Maria Luísa Cabral, no *Seminário sobre Preservação e Conservação de Documentos Gráficos*, que ocorreu em Dezembro de 2001, no Círculo Universitário do Porto. Referia-se à *sorte* que tiveram os Códices Portugueses que estavam expostos em Nova Iorque em 11 de Setembro de 2001, apenas a um quarteirão de distância dos que foram danificados pelo atentado às Twin Towers. A “sorte”. A “sorte” de quem pode ter poder político para “guardar”, e de quem apenas pode ter poder para fazer circular os bens e valores patrimoniais (Godelier, 2000). Que estranha assimetria de possibilidade tem o “património” dos países, no actual palco da dita “globalização”. Algum património, de alguns países, é mantido fora do mercantilismo museal (do circuito da troca realizado pelas exposições itinerantes). Mas há outro que circula. Para o que parece querer contribuir a condescendência, pretensamente neutra, da Organização Mundial do Comércio (OMC), ao manter a cláusula de “excepção” dita cultural. Portanto, seria um favor que ainda fariam ao desenvolvimento museal. “*Vu la longue campagne menée par les détracteurs de ce concept, lesquels arguent que les subventions des gouvernements à la culture entravent le libre-échange, il est donc extrêmement encourageant de constater que l’Organisation Mondiale du Commerce, réunie en novembre 2001 à Doha, au Qatar, a maintenu le concept «d’exception culturelle», lequel permet aux Etats de dissocier le*

*financement des institutions ou projets culturels et les transactions économiques*» («La Mondialisation», Éditorial, in Nouvelles de l'ICOM, n.º 1/2002, vol. 55 :2).

Seja como fôr, parece ser importante ter em consideração a dimensão temporal e o compromisso social entre gerações que o processo de musealização dos bens patrimoniais implicam, “... *la prise de conscience que ces oeuvres exigent les meilleurs conditions de conservation afin qu’elles gardent l’état original le plus complet possible et qu’elles soient la source d’études artistiques et scientifiques renouvelées et non des images documentaires figées*” (Mohen, 1999:132). O desenvolvimento dos conhecimentos científicos sobre a preservação do património indicia uma mudança de atitude e de comportamento, que desafia de facto a responsabilidade dos museólogos. Perante os resultados surgidos na actualidade, começa a emergir uma nova visão sobre a própria “identidade material” e sobre, até, a própria “integridade conceptual” dos objectos musealizados, como referimos atrás. Nesta perspectiva tornam-se significativas as *Conclusões* que o Comité Internacional para a Conservação do Conselho Internacional de Museus (ICOM-CC) indicou na 19.ª Assembleia-geral do ICOM (1998). E que testemunham a mudança de atitude que referimos anteriormente. Partindo de que “*La sensibilisation à la problématique de la conservation est indispensable afin que guidé, plutôt que réprimé, le public passe du stade passif à celui d’actif et que de curative, la conservation devienne le plus possible préventive*” (Gesché-Koning e Périer-D’Ieteren, 1998:21), foram propostas três orientações: 1) uma atenção particular ao papel dos *guias*, 2) tentar promover o *turismo de descoberta* em

substituição do turismo de massa, 3) Uma proposta para a definição de um “*código de conduta do visitante*”. (ICOM-CC, Melbourne, 1998).

Em relação ao papel dos “guias de museu” foi considerado importante a influência pedagógica e educativa que poderão exercer. Nomeadamente junto dos visitantes, para o surgimento de uma nova atitude e de um novo comportamento, capaz de fazer aceitar as exigências com os cuidados de preservação do património que usufruem. Tendo sido igualmente mencionado o programa de formação de guias iniciado em 1997, no âmbito do Programa “*Raphael*”, que conta com a colaboração de várias instituições de conservação e de restauro, de museus e de diversos comités internacionais do ICOM (ICROM, CECA, ICEE, ICMS, INTERCOM, AVICOM e ICOMOS). No que respeita ao impacto que o turismo de massa tem provocado no património, foi dado o exemplo da erosão causada no templo megalítico de Carnac (França) por cerca de 800.000 visitantes/ano --- equivalente, segundo Geneviève Le Louran, a 1000 tanques de combate ou a 50 elefantes em deslocação --- facto que obrigou a serem tomadas medidas drásticas de conservação, nomeadamente o seu encerramento. Tendo aberto em 1998, sob um programa rígido que limita o acesso do público. “*C’est un programme complet d’accueil, d’information et d’explications scientifiques qu’il est nécessaire de créer si l’on veut apporter au public compréhension et délectation*”, segundo as palavras da Conservadora, Geneviève Le Louran (Gesché-Koning e Périer-D’Ieteren, 1998 :21). Finalmente foi proposta a criação de um “*Código de Conduta do Visitante*” e uma “*Carta do Turismo*”, em colaboração com o Conselho da Europa. Cujo objectivo seria implicar de um modo activo o público na tarefa da salvaguarda do património. Sendo



sugerido que as comunidades locais, onde esse património se encontra, deveriam colaborar na elaboração e na gestão dos programas turísticos. A fim de se encontrar um equilíbrio socialmente adequado, entre a conservação dos recursos patrimoniais e o usufruto e a exploração. Os Estados e a indústria turística deveriam ser convencidos a apoiar esta nova abordagem, nomeadamente através do apoio financeiro a programas que tivessem em consideração a busca de um equilíbrio sustentável e durável para os recursos patrimoniais.

Esta mudança de atitude, na abordagem da função museológica da preservação, muito deve ao trabalho pioneiro de Garry Thomson. Ela obriga a estabelecer um compromisso e um diálogo entre *”a cultura humanística e a cultura científica”* (Casanovas, 2001:5/6). *“Mas para que este diálogo entre os que têm de criar condições de conservação correctas e quem estuda e investiga as colecções seja possível é necessário, como Garry Thomson pedia há quase 15 anos, que se encontre, ou se crie, um “vocabulário” comum, sem o qual toda a comunicação é impossível. Esta atitude de diálogo constante representa a contribuição mais fecunda do Congresso de Ottawa para o futuro da conservação: não se nega a importância dos meios tecnológicos ...”humaniza-se” a sua utilização”* (Casanovas, 1995:4).

Todavia, para o aprofundamento desse diálogo, torna-se necessário o mesmo esforço de abordagem científica e de reflexão que se faz para a estrutura material dos objectos. Em nossa opinião esse esforço deveria levar a museologia a reflectir sobre *a natureza daquilo que é musealizado* e sobre o próprio *processo de musealização*. Uma mais rigorosa definição da missão e

da finalidade do museu ajudaria também a definir com mais consistência e clareza a responsabilidade do museólogo, na gestão de bens patrimoniais. Bens que, serão bom não esquecer, a sociedade proporcionará aos presentes e legará aos vindouros. Mas sejam quais forem essas conclusões e reflexões, não se poderá jamais esquecer que nos museus os indivíduos e as significações culturais são apenas **visitas**, mais ou menos efémeras, dos objectos e do património. E, conservar a memória social ou preservar os significados culturais sem objectos é, actualmente, um objectivo inalcançável e um paradoxo sem solução. Os artefactos são os produtos da acção humana e portanto também uma parte humana da própria significação.

### **2.2.7 – Preservar o significado *ou* o objecto?**

As considerações que Miriam Clavir apresenta, nos textos que seleccionámos para esta reflexão, abordam exactamente a parte da significação e do significado dos “objectos patrimoniais”. E permitem aprofundar um pouco mais a análise sobre a contradição inicial, entre preservar e desenvolver em museologia. A posição de Miriam Clavir, ao contrapor o aspecto material ao aspecto não-material do património, permitiria reflectir sobre o caminho a prosseguir nessa busca de uma possível solução.

Em contraponto à definição de conservação proposta por Garry Thomson, Miriam Clavir apresenta as seguintes duas definições, nas quais o conceito de “integridade conceptual” — a tal parte do objecto relativa ao “significado cultural” — é colocado em destaque: “*all actions of the conservator must be governed by a respect for the integrity of the «cultural» property including*

*physical, historical, conceptual and aesthetic considerations*” (Clavir, 1995:53). Desse modo, o objectivo da conservação deveria proporcionar: “*to study, record, retain and restore the cultural significant qualities of the object with the least possible intervention*” (Clavir, 1995:53). Miriam Clavir (1995) enfatiza e apoia a corrente de opinião que se revê nas seguintes afirmações: i) “*...the concept of what a museum is, what a museum does, and how, is undergoing radical rethinking*”; ii) “*One theoretical development which will affect conservation is rethinking of the role of the object. There is currently a re-evaluation of the primacy of collections as basis for a museum*”; iii) “*George MacDonald, director of the Canadian Museum of Civilization, has described his museum as a presenter of history rather than a presenter of objects*”; iv) “*Delivering a positive visitor experience while presenting history, or art, or whatever the particular mandate of the museum may be, is a major goal of today’s museums*”; v) “*...the object losing «some would say simply changing» its place in the theory of the museum...*” (p. 53).

Miriam Clavir aponta três factores que, em sua opinião, teriam contribuído para a referida perda de importância do papel do objecto (e das colecções) nos museus: i) o próprio desenvolvimento das teorias que suportam o trabalho museológico. ii) a incapacidade, por parte dos museus, de suportarem o aumento de custos relativo à preservação dos objectos e colecções que têm a cargo. iii) a crescente exigência, por parte daqueles que designa por “*First Peoples*”, no que se refere à reivindicação para manipularem os objectos musealizados.

Miriam Clavir (1998) também considera fundamental uma abordagem científica para os problemas da preservação dos objectos nos museus. Reconhece até que o actual desenvolvimento no domínio da preservação muito a ela se deveu: "...*the belief in preserving the integrity of the object and the belief that the best way to do this is through the application of science*" (p. 5). Porém, considera que em nome da significação cultural dos objectos, e das exigências requeridas pelos descendentes dos "*First Peoples*", os museólogos deveriam ceder a uma negociação. Na qual o primado dessa significação cultural, ou em nome daquilo que designa por "*conceptual integrity*", deveria justificar uma mudança de procedimento na preservação dos objectos e bens patrimoniais: "*Requests to museums from First Peoples can challenge the ethics and practice of conservation*"; "...*to create a new and mutually satisfactory program for object preservation*" (1998:5). A análise dos textos de Miriam Clavir torna evidente uma opção. A "significação cultural" dos objectos a musealizar obrigaria a cedências no que se refere à conservação da sua estrutura material. Mais ou menos negociadas, consoante a perspectiva dos museólogos responsáveis pela salvaguarda desses objectos: "*the way in which ethnographic objects are seen by conservators ... will determine to what extent their practice reflects the preservation of cultural significance as defined by the culture of the originator or by the museum culture*" (1995:54). A sua perspectiva, apesar de afirmar a necessidade da conservação material do objecto, acaba por submetê-la ao primado das exigências culturais do "significado", e das exigências de manipulação por parte dos eventuais "originadores". A posição de Miriam Clavir poderia ser sintetizada na antiga afirmação dos aborígenes australianos, das florestas tropicais do nordeste, que Trevor Pearce (1998) utilizou no início do seu artigo: "**Kuku-Yalanji bama**

**ngayu bama ngulurr bajaku yambayamba**". “As pessoas são mais importantes do que as coisas” (p. 4). O exercício de reflexão feito com os denominados “first peoples”, talvez se pudesse aqui generalizar às “comunidades locais ou regionais” que resistem com a “sua” identidade cultural, e para as quais o “seu” património constitui um instrumento importante dessa continuidade.

### **2.2.8 – Preservar o significado e a estrutura material do património**

Consideremos os três principais argumentos que servem de justificação a esta tomada de posição por Miriam Clavir (1995) no texto “*Preserving conceptual integrity: Ethics and theory in preventive conservation*” (p. 53).

Concluir que o papel do *objecto* e da colecção perderam a sua importância, tendo por base os recentes desenvolvimentos da teorização do trabalho de museu, parece-nos ainda ser uma afirmação ideológica. Não existe qualquer teoria de museu (ou museológica), suficientemente consolidada, para legitimar aquela afirmação. As tentativas para consolidar um corpo teórico coerente e unificado no domínio da museologia, que pudesse servir de elo conceptual às funções de “preservação — documentação — comunicação”, ainda não passaram de uma fase essencialmente embrionária. Como se constatou, tanto com a definição de museu proposta pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2001) como com a de Ecomuseu proposta por Hughes de Varine em 1980 (*La Muséologie selon Georges Henri Rivière*, 1989:142), ainda nos encontraríamos numa fase analítica e descritiva. Impossibilitando sintetizar e caracterizar o elo lógico que uniria a

racionalidade das várias funções necessárias ao trabalho museológico. A museologia ainda se manteria como que neutral, em relação aos caminhos de solução para os problemas que suscita nos seus enunciados. Como por exemplo o da contradição formulada na hipótese de partida. Para A. Gregorova (1980) a museologia *seria* “*o estudo da relação científica do Homem com a realidade*” (Bellaigue, 1992:1). Para Z. Stránsky (1981:71) a museologia apenas teria percorrido a fase que designou por “pré-científica”, situando-se actualmente numa fase “empírica-descritiva”, faltando atingir a fase “teórico-sintética”. J. Neustupny (1971:1-11) indicaria cerca de oito disciplinas no âmbito do trabalho museológico a que corresponderiam outras tantas teorias diferenciadas. Tomislav Sòla (1988:11) criticaria as tentativas para criar uma teoria museológica apenas baseada no museu, enquanto instituição, mas não fornece uma alternativa. Peter van Mensch (1992:2) consideraria que a museologia como disciplina científica autónoma ainda não existe; e que ainda não foi resolvida a questão se será uma ciência ou uma profissão (2000:21). Tereza Scheiner (1999) afirmaria que “*busca-se ainda identificar, para a Museologia, um estatuto científico que a coloque entre as ciências humanas, a partir das bases epistemológicas da modernidade (...)* *Se o Real é complexo e o Museu plural, não é possível imaginar seus limites na própria Museologia*” (in Primo, 2002:30). Mathilde Bellaigue tende a colocar a museologia como um dos ramos da filosofia (2000:4). Ivo Maroevic (2000:6) considera que a museologia ainda não possui um quadro teórico suficientemente consolidado. Do que resulta que a referida afirmação de perda de importância do objecto, ou da colecção não oferece qualquer alternativa credível ao paradigma conceptual tradicional para resolver a contradição entre preservar e desenvolver. Apenas deve ser entendida talvez

no âmbito de uma intenção exploratória, ou de um programa ideológico prospectivo. Por outro lado, convém também considerar que a posição de Miriam Clavir é tomada com base na sua experiência com objectos essencialmente etnográficos. Num contexto (Canadá) onde a reivindicação das “culturas minoritárias” (“*first nations*” e/ou “*first peoples*”) assume uma evidente importância política e social para a cultura dominante, à qual Miriam Clavir pertence. Estender, a partir dessa experiência particular, os resultados para o âmbito geral da museologia, ou para a “preservação” no seu todo, incluindo todos os objectos a musealizar, afigura-se-nos abusivo, “...to create a new and a mutually satisfactory program for object preservation” (Clavir, 1998:3).

O argumento do aumento de custos também se nos afigura insuficiente. Em consequência do aumento de conhecimento sobre os processos de conservação da “estrutura material dos objectos” é natural que aumente a consciência e as preocupações éticas e deontológicas do museólogo. A maior exigência e rigor no controlo dos factores de degradação que afectam os objectos, alicerçada numa abordagem científica e sistemática, poderá eventualmente implicar um aumento de recursos (humanos, técnicos e financeiros) a disponibilizar pelos museus. Mas o que nos parece pouco ético (ICOM, *Code of Ethics*, 2002) por parte de quem tem essa responsabilidade é, por causa dos custos financeiros que essa missão exige, começar a defender no plano teórico e conceptual a desvalorização da necessidade de preservação desses valores patrimoniais (objectos), só para conseguir diminuir os custos. Permitindo ilibar as instituições que os tutelam do ónus político dessa responsabilidade. Não constitui argumento, que resulte de qualquer evolução

na abordagem científica da preservação em Museologia, submeter o critério de conservação ao critério da gestão financeira.

O terceiro argumento apresentado por Miriam Clavir, relativo à reivindicação por parte das culturas minoritárias (“*First Peoples*”) para manipularem os objectos musealizados pela cultura dominante, especificamente para fins religiosos ou rituais, coloca dois problemas, que convém separar: a) a submissão do critério de preservação ao critério político; b) a legitimidade de representação de quem reivindica. Independentemente da pertença a culturas diferenciadas, e da eventual relação dominante-dominada, é possível colocar o problema da preservação ou da salvaguarda de valores patrimoniais em quaisquer sociedades humanas. Para as ciências sociais e humanas seria inaceitável, porque em desacordo com os dados científicos, postular do ponto de vista qualitativo a menoridade social ou a inferioridade étnica dos descendentes dos denominados “*First Peoples*”. Não estamos perante duas “espécies” diferentes, e portanto entre culturas cuja intercomunicação seja impossível. São de sociedades humanas que se trata. Pretender fazer crer, ou argumentar, que os referidos descendentes não conseguem distinguir o plano da sua própria reivindicação política — baseada na reafirmação da sua identidade e na visibilidade pública dos ritos e tradições dos seus antepassados — do plano da preservação de bens patrimoniais, colocado a um nível lógico mais geral, constituiria um erro na abordagem científica dos factos sociais e culturais. Não nos é permitido aqui retroceder ao “*estranho discurso*” que Favret-Saada (1977:54-57) criticava aos antropólogos. Para não alongarmos em demasia neste comentário referiremos apenas dois exemplos. O texto pioneiro de Pierre Smith (1979), “*Aspects de l’organization des*



rites”, no qual criticava C. Lévi-Strauss por não ter tido em conta, no “*Finale*” da obra “*L’Homme Nu*” (Mythologiques IV, ed. Plon, Paris, 1971), a propósito das récitas proferidas pelos oficiantes dos ritos *Newala* dos Swazi (Ruanda), a dimensão de manipulação política que utilizavam nos seus discursos. Tomando-os para análise sem considerar o aspecto de simulação e de manipulação da realidade que continham. Já nessa altura se questionavam os limites do modelo de explicação dos factos culturais baseado no modelo da linguagem. Principalmente a exportação da mesma arbitrariedade existente no signo linguístico entre significante e significado para a explicação do “significado cultural”. O outro exemplo recente, no seguimento das duas últimas obras de Maurice Bloch, “*La violence du religieux*” (1997) e “*How we Think they Think,...*” (1998), surge em “*Du cerveau à la culture...*” (1998), no qual o autor se refere explicitamente às descrições feitas pelos antropólogos com base nos discursos indígenas: “*L’organisation des informations qui constituent la culture doit impérativement être conforme aux exigences de ce processus et en conséquence, il est très peu probable que cette information soit stockée sous la forme de propositions en langue naturelle*” (p.52); “*De manière générale, il apparaît que la culture dans laquelle vivent les gens est très différente de la façon dont ils parlent aux anthropologues. Il en résulte que ces derniers devront se méfier dorénavant des récits qu’ils font des «cosmologies» des gens, ou de leurs «visions du monde», que ce soit en les construisant à partir de remarques hétéroclites, notées comme elles viennent, ou au moyen de conversations plus structurées*” (p.53).

Não é credível tomar o discurso indígena como a justificação “última”. Ceder às reivindicações dos descendentes dos “*First Peoples*” possibilita aos museus da área cultural donde provem Miriam Clavir (Canadá, EUA, Austrália) um protagonismo social. E compreende-se que pode ser adequado às preocupações políticas particulares inerentes à história recente dessas sociedades. Mas, a legitimidade de representação de quem reivindica os objectos do museu, para fins religiosos ou rituais, coloca ainda outro tipo de problema. Os actuais descendentes dos denominados “*First Peoples*” não são os “*First Peoples*”: “*We are asking for things back which have been with us for thousands of years - Bill Tallbull*” (Clavir, 1998:3). A interpretação que fazem do significado cultural desses objectos, e o discurso que constróem para os reivindicar aos museólogos, encontram-se motivados por um objectivo político e cultural exterior às preocupações de conservação desses mesmos objectos. Neste ponto são pertinentes as palavras de P. Philippot (1976): “*The original state is a mythical, unhistorical idea, apt to sacrifice works of art to an abstract concept and present them in a state that has never existed anyway*” (p. 372).

A instrumentalização do museu, quer se queira ou não, terá consequências concretas na conservação da estrutura material dos objectos musealizados. O museólogo não se deverá alhear da museologia, pois não lhe deixará de ser imputada no presente ou no futuro a responsabilidade pelas escolhas e pelas opções de conservação. As questões políticas serão imputadas aos profissionais da política. Qualquer mudança no procedimento teórico e metodológico no domínio da preservação, considerada no seu todo, com base apenas numa determinada categoria de objectos deverá ser ponderada com

bastante cuidado, especialmente face à enorme diversidade dos acervos existentes nos museus, cujo âmbito a própria definição de museu e ou Ecomuseu alargam substantivamente. Quando Miriam Clavir refere que a intenção original do “originador/autor do objecto” deve ser preservada, surgem problemas distintos de conservação (luz, poluição, humidade, temperatura, etc.): se se tratar de uma planta de um jardim botânico, de uma obra de Joseph Beuys, de um quadro da Renascença, de um avião, de um esqueleto do Paleolítico Superior, de um tecido usado em cerimónias rituais, etc.. No pressuposto desses objectos estarem musealizados, sofreram desde logo uma mudança de contexto perpetrada pelo museólogo e/ou por determinada instituição museal. E essa transformação, simultaneamente material e conceptual, afecta o modo como a sociedade (por ex. os visitantes do museu) os irão perceber no tempo e no espaço. As noções de “integridade conceptual” e de “significado cultural”, em nome das quais Miriam Clavir reclama uma mudança global nos procedimentos éticos e teóricos da preservação em Museologia, tornam-se assim imprecisas e vagas. Não seria então também legítimo incluir, no âmbito da noção de “integridade cultural” do objecto, esse percurso de transformações de significado e de contexto? Para possuírem alguma validade seria necessário definir com clareza e rigor o seu conteúdo. Seria necessário, perante esse processo de transformações, traçar o percurso das alterações materiais e conceptuais que o objecto sofre até ser usufruído no museu por cada visitante, por cada sociedade e pelas sucessivas gerações. De quantas identidades se compõem o “significado cultural” do objecto e a sua “integridade conceptual” ? A qualidade dita “cultural” será possível de outorgar por indivíduos isolados sem referência a um consenso social ? O museólogo não é o autor do objecto.

Mesmo existindo a possibilidade do autor estar em presença, durante o processo de musealização, a explicação do significado do objecto não seria aceite por todos os presentes, e provavelmente muito menos ainda pelos vindouros. Perante um determinado objecto surgem inevitavelmente diferentes percepções/concepções que condicionam uma definição rigorosa do “significado cultural”. Desse modo, torna-se necessário compreender que a qualidade “cultural” não é conferida ao objecto apenas por um indivíduo nem por uma sociedade, mas sim pelos sucessivos indivíduos e pelas sucessivas sociedades. Razão pela qual não parece estar plenamente justificada, nem bem fundamentada, a perspectiva de Miriam Clavir no que se refere à permissão para se manipularem valores patrimoniais musealizados por influência dos descendentes e ou dos herdeiros.

Desse modo, a “integridade conceptual” dos referidos objectos, em nome da qual Miriam Clavir reclama uma nova ética e uma nova teoria para a preservação, não passaria de um conceito vago. Apenas útil aos interesses de quem usufrui esse património no presente, e aos interesses de quem o deixa usufruir. Continuando a ser uma intenção impossível de validar em termos científicos, de concretizar sem continuar a pôr em risco a materialidade do património, e sem oferecer um programa alternativo concretizável de trabalho museológico ao programa tradicional de conservação. Em suma, a proposta de Miriam Clavir continua a não resolver a contradição entre preservar e desenvolver formulada na hipótese inicial.

Todavia a posição da autora tem o mérito de contribuir para uma reflexão sobre os limites e a adequação dos procedimentos de conservação aos

diferentes tipos de objectos existentes nos museus. Provavelmente será tão limitativo e pernicioso pensar uma conservação baseada na significação cultural dos objectos, como pensá-la de modo uniforme e normalizado sem atender à especificidade dos acervos. Nessa perspectiva o debate prefigura o aparecimento de duas tendências: uma abordagem *material* e uma abordagem *funcional* da preservação em museologia. A primeira enfatizando a preservação da estrutura física do objecto e da sua identidade estrutural. A segunda, defendendo uma maior liberdade de uso e manipulação dos objectos musealizados, na qual o objecto cede lugar ao seu funcionamento, com base na noção de “integridade conceptual”. Esta clivagem, em nosso entender, tenderá certamente a criar outra: uma oposição entre uma preservação apelidada de passiva ou estática, e outra apelidada de activa e dinâmica. Este jogo de oposições, como referimos no início, poderá dar origem a uma concepção inadequada do “objecto” (e da natureza daquilo que é musealizado) baseada no pressuposto cartesiano que separa *a priori* “estrutura” de “significado”, tendendo a conotar pejorativamente a conservação da identidade material face à conservação da identidade funcional dos objectos. Este caminho que o debate parece querer levar, e para o qual a perspectiva de Miriam Clavir contribui, é em nossa opinião pernicioso. A substituição de noções operatórias, fundamentadas em indicadores objectivos e verificáveis (por ex. nível de iluminância, tempo de exposição, carta psicrométrica da humidade relativa, ponto de orvalho, pontes de frio, coeficiente de transmissão térmica, monitorização das condições ambientais, níveis de poluição interna) por atributos qualificativos empobrece a discussão. Afasta a questão da preservação de uma abordagem científica.

Continua a impossibilitar resolver satisfatoriamente o paradoxo inicial que serviu de problema a este trabalho, entre *desenvolver e preservar*.

Torna-se compreensível que um museu de ciência e tecnologia que possua máquinas como objectos possa dar mais ênfase ao aspecto *funcional*, permitindo o funcionamento e a manipulação. Mas o mesmo procedimento torna-se problemático se permitíssemos ao visitante usar instrumentos de música raros, para experimentar o som ou o seu modo de funcionamento. Por outro lado, terá maior permissão utilizar um edifício classificado para funções diferentes da intenção original do autor, sendo aceitável apenas conservar a sua identidade estrutural. Mas terá menor permissão se, em vez de edifícios, se tratar da musealização de objectos religiosos ou de amostras de animais ou plantas. Os mesmos procedimentos de conservação variam consoante as diferentes categorias de objectos, sem que com isso seja necessário colocar em causa uma ética e uma teoria baseada na ciência. Pelo que não se justifica a sua normalização a partir de categorias particulares de objectos, como seria o caso dos objectos etnográficos, a partir dos quais Miriam Clavir estende a sua proposta. Somos levados a concluir que estas diferenças resultam sobretudo de os mesmos factores de degradação exigirem, para diferentes objectos, diferentes procedimentos de conservação. Mas, seja como fôr, o programa de preservação que deu mais frutos no passado recente, e operou mudanças qualitativas, foi de facto aquele que se sustentou na ciência.

Se a “estrutura material” e o “significado cultural” do objecto ou do património constituem os dois pólos interligados do problema da preservação em museologia; e se para ambos é defendida uma abordagem científica;

então, porquê isentar o significado cultural dessa abordagem? Ao fazê-lo não estaríamos a negá-la à própria museologia? O conhecimento sobre os efeitos do processo de degradação na estrutura material do património encontrar-se-á, talvez, mais desenvolvido do que o relativo ao processo de degradação do significado cultural. E por essa razão existiria uma diferença de rigor e precisão na aplicação da ciência a cada um desses pólos do problema. Mas talvez não se devesse postular o determinismo de uma hierarquização, em favor de quaisquer primados. Tão-somente pautar a responsabilidade do museólogo por um conhecimento alicerçado em dados provenientes da aplicação da ciência, independentemente do nível que se tenha alcançado no domínio da “estrutura” ou do “significado” do objecto (património).

Temos a consciência que é difícil justificar (em termos políticos e financeiros) a conservação de um *objecto*, ou de um património, que possui “pouco” significado. Ou dos quais se diga que somente os vindouros o acharão. Mas por outro lado, teremos que perguntar aos defensores da “integridade conceptual” dos objectos: quais são os factores objectivos, e validáveis pela atitude científica, que degradam o significado cultural do património? Poder-se-á criar uma lista ? Poder-se-á definir uma medida, a exemplo do “tempo de exposição” à luz ? As respostas a este tipo de perguntas poderão, eventualmente, ser úteis para a resolução do problema.

### **2.3 – Ultrapassar a contradição: conciliar *desenvolvimento e preservação***

A pergunta que guiou esta primeira parte da pesquisa foi formulada procurando resposta para as seguintes questões: — O museu (a museologia)

*deveria* organizar-se para o desenvolvimento ou para a preservação? Como se poderiam *justificar* esses dois actos, aparentemente contraditórios, no trabalho museológico?

Com esse objectivo foram sucessivamente analisadas as nove relações que se poderiam estabelecer entre as variáveis *preservar* e *desenvolver*, tendo por categorias de variação os valores: “aumentar”, “diminuir” e “inexistir acção ou trabalho museológico intencional”. O formato dessa pesquisa poderá ser resumido no quadro seguinte:

### Desenvolvimento

	<i>aumenta</i>	<i>diminui</i>	<i>inexistente</i>
<i>aumenta</i>	relação 1	relação 2	relação 3
<i>diminui</i>	relação 4	relação 5	relação 6
<i>inexistente</i>	relação 7	relação 8	relação 9

### Preservar

Podendo concluir-se que a “*relação 9*” significaria a consideração pela ausência ou inexistência de qualquer trabalho museológico sobre o património (objectos). Mas nesse caso a entropia física decorreria sem que qualquer intervenção intencional a pudesse alterar, fosse diminuí-la fosse aumentá-la. Facto que continuava a não contribuir para resolver a contradição formulada na hipótese inicial.

Na “*relação 1*”, o caso de um trabalho permanente, sistemático e simultâneo de preservação e de desenvolvimento do património, verificar-se-ia que



também não resolveria a contradição. Pois não solucionaria a mesma inevitabilidade da entropia física dos objectos (património) causada pelo desenvolvimento, aumentando até, pela maior frequência de uso e de intervenção, o risco da deterioração apesar do aumento do esforço pela preservação. Neste caso as leis da deterioração física dos materiais constituintes dos objectos (património), apesar de alteradas intencionalmente, e levadas ao máximo, quer por um trabalho de preservação quer por um trabalho de desenvolvimento, não conseguiriam também escapar ao desfecho final. Esse prazo poderia ser atrasado mas não evitado. E sê-lo-ia muito menos do que, por exemplo, nas “*relações 2 ou 3*”. Portanto *desenvolver* continuava a degladiar -se com *preservar*.

Nos casos das *relações intermédias* a discussão entre os museólogos mostrou frequentemente uma oposição entre os defensores ora de uma ora de outra das modalidades (preservacionistas vs. desenvolventistas). Todavia verificar-se-ia que qualquer relação baseada numa inconciliação ou assimetria entre as variáveis seria também insuficiente para justificar, ou fazer desaparecer, a contradição entre o acto de preservar e o acto de desenvolver no trabalho museológico.

Então, duas constatações foram possíveis de alcançar. Por um lado, que qualquer análise sobre essas nove relações (situações) entre as duas variáveis baseada num conceito de mudança/variação do tipo “aumentar”, “diminuir” ou “inexistir” não conseguia alcançar uma resposta satisfatória para obviar ao desaparecimento da contradição postulada inicialmente.

### Ultrapassar o impasse e a contradição inicial

O trabalho tinha cumprido o primeiro objectivo. E o resultado demonstrava que insistir numa discussão com base na dicotomia “*preservar vs. desenvolver*”, ou “*significado vs. objecto*”, não permitia ultrapassar o impasse, e os problemas que a contradição inicial suscitava. Não permitia chegar senão ao lugar que em museologia já se tinha chegado.

Eglantina Monteiro (1998) escrevera, “(...) *não se pode perder de vista uma característica do espírito europeu e que consiste em preservar o seu próprio passado, lamentando todas as depravações feitas ao seu património, embora o culto aos ancestrais lhe tenha sido sempre estranho. O interesse recente pelo passado dos outros, e a vontade de tudo reunir, de coleccionar pedaços e passados, alia-se ao destino do Ocidente em se tornar ele próprio fragmento. Neste universo, o museu é o lugar do culto da heterogeneidade e das memórias tangíveis. Ao prazer que fruímos na visita ao «templo das musas» sobrevive uma melancolia, o sentimento de uma irremediável perda, vinculado à catalogação dos objectos. Catalogados, exactamente porque foram retirados do seu suporte original, que fazia deles objectos necessários. Catalogados também por falta de informação, ou ainda por causa da sua função ritual que aqui é apenas sugerida. O objecto museificado, vazio de sentido e da sua funcionalidade primeira, é evocador de uma não existência e esse sentimento «fúnebre» que experimentamos no museu, conjuga-se com a nossa concepção de um passado sem retorno. Mas o museu afirma, ou melhor, confirma, o primado da coisa, o objecto como um fim em si, que neste contexto se furta ao reino da mercadoria; o objecto no museu pode ter*

*um valor expositivo-emblemático, estético e cultural, mas nunca utilitário.”*  
(1998:217).

É belo, sem dúvida, o texto de Eglantina Monteiro. Mas não conseguíamos concordar completamente na parte que diz respeito à museologia. Ele foi posto aqui exactamente porque sintetiza o tipo de posição (discurso) resignada perante o impasse que a contradição que deu origem a este trabalho tem conduzido; e que foi resumido na discussão nas páginas anteriores.

O objecto confirma o primado da *coisa*, mas da coisa como um “facto” ou um “significado”, pois exige que a nomeemos para ele “ser” (para ele “chamar-se”, ou ter “nome”). Exige portanto uma representação para ser captado pela consciência, pois não conseguirá furtar-se ao constrangimento da biologia molecular da cognição humana (Squire & Kandel, 2002). E furta-se à sua funcionalidade primeira, provocando um sentimento de irremediável perda, *porque* também estamos conscientes que as transformações que lhe provocamos com a musealização, poderão resultar num *ganho*. Um ganho, ou um valor acrescentado, obtido num plano diferente do da “coisa”. O ganho de, a seu pretexto, obtermos um “recurso de conhecimento e ou de informação” sobre a realidade de que é parte ou fragmento. O ganho de uma nova consciência e, porventura até, de uma nova percepção sobre a realidade. Mas também o ganho de uma melhor transmissibilidade desse “recurso” aos vindouros. Evidentemente à custa da materialidade da “coisa-objecto”. Porque, ao ser construído, esse “objecto de consciência” que constituirá a Memória do “objecto material” dito “património” exigirá sempre algum custo energético, e provocará sempre alguma delapidação da materialidade do

objecto. Pois para fazê-lo será necessário o uso e a manipulação (*desenvolvimento*). Poderíamos por isso ser tentados a concluir dizendo que, com o tempo, o usufruto do património variava na proporção directa em que o degrada. Mas essa entropia do património parece variar também na proporção inversa da *neguentropia* (Bateson, 1987:198) do seu “significado” e ou do seu benefício sociocultural — se um trabalho museológico competente fôr feito.

Era portanto necessário encontrar um caminho e rumo diferentes. Era necessário procurar outro conceito de mudança/variação, e outro paradigma conceptual para conciliar as duas variáveis.

Ora, no decorrer da pesquisa tínhamos verificado que no caso do “*desenvolvimento em geral*” uma mudança/variação baseada no “crescimento” (aumentar ou diminuir) também não o garantia automaticamente. Seria também razoável pensar o mesmo sobre as categorias de variação escolhidas para lidar com estas duas variáveis (preservar e desenvolver)? Haveria a mesma necessidade de complexificar o conceito de variação/mudança lembrando-nos da discussão anterior sobre as noções de “desenvolvimento”, e sobre o que Aristóteles antevira nas *Categorias*, “*as espécies que há de movimentos, são seis, a saber: formação, destruição, aumento, diminuição, transformação e mudança de lugar*” (Ferreira, 1994:51), [...] “*É logo a transformação um movimento diferente dos outros porque, se fosse idêntica com alguma das outras espécies, seria forçoso que aquele que se transforma, aumentasse ou diminuísse, ou experimentasse alguma das outras espécies de movimento, o que não é o caso*” (Ferreira, 1994:101-102).

Então, em alternativa e de modo similar, poderia ser seguido o conceito de “transformação”? Seria a “*transformação*” o conceito operativo que nos permitiria prosseguir a pesquisa? Poderia ser introduzida uma diferença conceptual entre “*objecto museológico*” e “*objecto patrimonial*” mediada pelo conceito de transformação? Ou seja, um conceito de “objecto museológico” já não totalmente dependente da realidade material da coisa-objecto ou da coisa-património, como vinha sendo tradicionalmente postulado pela museologia. Mas outrossim, como sendo um “objecto-representação”, ou um “objecto de consciência”. Isto é, um *objecto* que, ao invés dos objectos-patrimoniais, coubesse no cérebro; e também por isso, se deixasse melhor captar pela Memória. Um “objecto museológico” construído noutra paradigma conceptual, que pudesse realizar essa operação de transformação, do plano material do património para o plano de outra coisa equivalente ou substituta. E que assim lhe garantisse maior perenidade e maior benefício do que a sujeição apenas à tradicional materialidade. Poderia ser construído um conceito de *objecto museológico* num plano conceptual diferente do da materialidade do *objecto patrimonial*? E esse caminho poderia resolver a contradição entre os actos de *preservar* e de *desenvolver*?

Seria neste momento que o *carácter construído do objecto museológico*, que fora proposto por Mário Moutinho (1994) se tornaria crucial na direcção a seguir pela pesquisa a que nos propuséramos. E a razão, simultaneamente, de termos escolhido as asserções de José Marinho (1931) e W. Dilthey (1976) no início deste trabalho.

Mas, para se conseguir uma passagem do plano material para o plano do valor e do significado teria que ocorrer uma transformação (substituição/transferência) sem perda. Teria que ocorrer uma substituição do *objecto patrimonial* por um *objecto museológico* com o mesmo valor, com o mesmo significado e com o mesmo benefício do que a coisa-objecto (o objecto patrimonial). A vantagem estaria no ganho de uma maior perenidade e transmissibilidade desse “objecto museológico” em relação ao tradicional “objecto patrimonial”. Seria possível construir um “objecto museológico” deste tipo ?

Então, para que essa resposta/solução pudesse ser encontrada haveria que se partir da separação entre dois planos: i) o da preservação material da coisa musealizada; ii) e o da construção de uma interpretação ou identidade patrimonial para ela. Seria necessário aceitar, ou introduzir, uma diferença entre dois tipos de *objecto*: o *objecto material (património)*; e um “objecto de consciência” correspondente à representação de cada objecto material ou patrimonial (*objecto museológico*).

Mas assim sendo, para ser prosseguido, este resultado traria a inevitabilidade de uma outra consequência. A necessidade de no trabalho museológico se estabelecer obrigatoriamente uma relação exterior à coisa musealizada. De só ser possível operacionalizar essa conciliação e essa complementaridade (da dimensão conservacional com a dimensão interpretativa do objecto musealizado) através do estabelecimento de uma *relação de comunicação*, do património com os visitantes e com a comunidade.

Em suma, nesta 1.<sup>a</sup> parte do trabalho, a resposta foi procurada no plano da justificação lógica para a simultaneidade dos actos aparentemente contraditórios de *preservar* e de *desenvolver*. Mas para pesquisar essa possibilidade o trabalho teria agora que construir uma pergunta que obrigasse a resposta a ser procurada, já não no plano da racionalidade dessa justificação (no plano do “*como deverá ?*”) mas, outrossim, no plano mais concreto e operacional do “*como poderá ?*”. Seria esse caminho que tentou percorrer no capítulo seguinte.

Em suma, como se poderia realizar um acto de comunicação, ou um processo de comunicação museal que garantisse essa dita “transformação”? E como fazê-lo garantindo que essa operação de passagem entre esses dois planos se realizaria, para os presentes e vindouros, sem perda de valor do que é essencial no património ?. Como realizar essa substituição, do *objecto patrimonial* pelo *objecto museológico*, escapando à sujeição e à dependência da estrutura material do património, permitindo conferir-lhe quer uma maior perenidade e transmissibilidade, quer o aumento do seu valor e benefício social ?. Este seria o desafio que este trabalho de pesquisa teria que enfrentar para prosseguir na procura de uma resposta para a hipótese inicial.